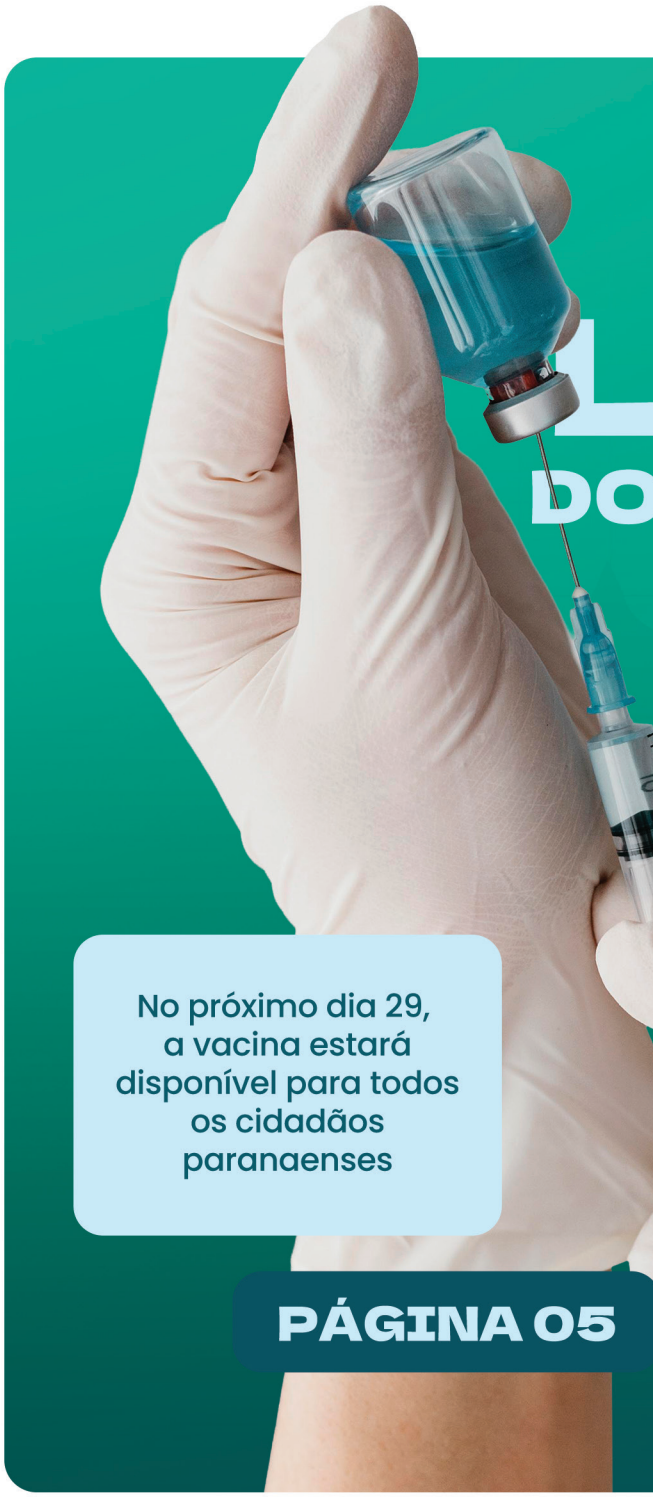
JORNAL Comércio

Porto União/SC | União da Vitória/PR | Ano 96 | Edição **6868** | **R$ 9,99**
Sexta-Feira, 26 de Junho | **Sábado,** 27 de Junho | **Domingo,** 28 de Junho de 2026

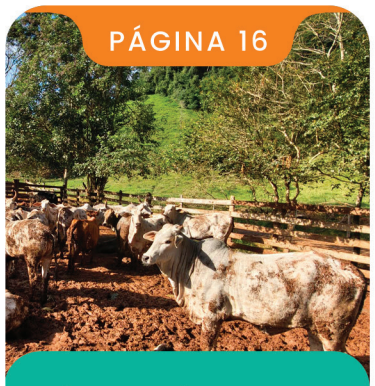


LONGE DO IDEAL

Vacinação contra a gripe nos grupos prioritários tem índices abaixo daqueles considerados satisfatórios pelas autoridades nos municípios da Sexta Regional de Saúde.

No próximo dia 29, a vacina estará disponível para todos os cidadãos paranaenses

PÁGINA 05



PÁGINA 16

Adapar reforça prazo para atualização de rebanhos até 30 de junho



PÁGINA 09

Feiras da agricultura familiar e a economia local

PÁGINA 02

Avahi Futebol Clube completa 77 anos



ESPORTE

| Por Ricardo Silveira

AVAHI FUTEBOL CLUBE COMPLETA 77 ANOS E REFORÇA REESTRUTURAÇÃO NO FUTEBOL

Clube fundado em 1949 mantém tradição no esporte amador, preserva acervo histórico e retoma participação em competições municipais

Foto: Divulgação



O tradicional Avahi Futebol Clube completou na quarta-feira, 24, 77 anos de fundação, reafirmando sua importância na história do futebol amador do Vale do Iguaçu. Criado em 24 de junho de 1949, o clube nasceu pelas mãos de seu primeiro presidente, Luiz Pacheco, representante comercial e torcedor do São Paulo, responsável por inspirar as cores tricolores da agremiação — azul, vermelho e branco — que até hoje representam sua identidade.

Ao longo das décadas, o Avahi se consolidou como um dos clubes mais tradicionais do futebol amador regional. Na chamada era de ouro, foi campeão da Liga Esportiva Regional Iguaçu (LERI) em 1950, 1967 e bicampeão em 1970 e 1971, período em que a competição era considerada uma das mais organizadas do interior do Paraná. Além do futebol, o clube também marcou presença em outras modalidades esportivas, como voleibol e ciclismo, ampliando sua atuação na comunidade.

Outro ponto que reforça a relevância do Avahi é a preservação de sua sede própria, onde estão guardados troféus, documentos e um acervo histórico que retrata a trajetória da instituição ao longo de mais de sete décadas. Em 2021, em Assembleia Geral Ordinária, a diretoria condecorou Jonas Miguel Rosa Godinho como Presidente de Honra, em reconhecimento à sua contribuição para a manutenção da história do clube.

História de conquistas no esporte amador

Entre os principais títulos do Avahi estão o Campeonato Municipal da LERI (1950, 1967, 1970 e 1971), o título juvenil da LERI em 1971, a Copa Centenário de União da Vitória em 1990, além de conquistas no futsal e no varzeano, com destaque para o tetracampeonato veterano entre 1985 e 1988 e campanhas vitoriosas nas décadas de 1980 e 1990.

Tradição e vida social ativa

Atualmente, sob a presidência de Célio Tucano, o clube mantém forte atuação social, com atividades esportivas e recreativas entre os associados. Em entrevista, o dirigente destacou a rotina do clube.

"Uma coisa que se pode citar também é que é um dos poucos clubes que ainda mantém sede própria. A gente segue com o pessoal jogando toda terça e quinta, além de campeonatos de sinuca, baralho e atividades entre os sócios. O clube nunca parou na parte social", afirmou.

Retorno ao futebol competitivo

Célio Tucano também destacou o processo de reestruturação da equipe e o retorno às competições municipais.

"Agora estamos reestruturando a equipe. Disputamos o campeonato da AABB, chegamos às semifinais e perdemos nos pênaltis. Mas agora o time está voltando aos gramados. Antes eram apenas amistosos entre sócios, mas vamos disputar novamente os campeonatos municipais", explicou.

Preservação de uma história de 77 anos

O presidente ressaltou ainda a resistência do clube ao longo do tempo. "É uma história bonita de 77 anos. Conseguimos manter a estrutura, um campo bom e uma sede social organizada, mesmo com dificuldades. Estamos conseguindo manter viva essa história", concluiu.

Com 77 anos de existência, o Avahi segue como um dos símbolos mais duradouros do esporte amador regional, unindo tradição, convivência social e o retorno gradual às competições oficiais.

UNIÃO DA VITÓRIA GARANTE VAGAS NA SELEÇÃO PARANAENSE DE TAEKWONDO

Atletas integram a equipe da Associação Team União Taekwondo

Foto: Divulgação



Adriana Andreia de Oliveira Potokoski e Bryan Rafael Lenczuk

O taekwondo de União da Vitória voltou a se destacar no cenário estadual. Durante o Campeonato Paranaense de Taekwondo, realizado no último final de semana em Londrina, a Associação Team União Taekwondo conquistou resultados expressivos e assegurou duas vagas na Seleção Paranaense, que disputará o Campeonato Brasileiro da modalidade, em Brasília (DF).

A competição reuniu 1.522 atletas de diversas regiões do Paraná e contou com a participação de representantes de União da Vitória. Adriana Andreia de Oliveira Potokoski e Bryan Rafael Lenczuk garantiram classificação para a Seleção Paranaense após excelentes desempenhos no estadual.

Outro representante da equipe, Arthur Guimarães Herman, também teve atuação de destaque e encerrou sua participação nas quartas de final da competição.

Os atletas foram comandados pelo técnico e mestre Renan Gargiel de Oliveira, responsável pela preparação da equipe.

Com os resultados conquistados, a Team União Taekwondo reforça a força da modalidade no município e leva o nome de União da Vitória para uma das principais competições nacionais da categoria.

A associação também agradeceu o apoio recebido de patrocinadores, da Secretaria Municipal de Esportes, da Prefeitura de União da Vitória, além de familiares e amigos, ressaltando que o incentivo é fundamental para o desenvolvimento dos atletas e para a continuidade dos resultados alcançados.

JORNAL Comércio
Rua Dário Bordin, 313 - União da Vitória (PR)
CEP: 84600-180
Tel: (42) 3521-2050
CNPJ Matriz: 77.958.882/0001-27
CNPJ Filial: 77.958.882/0002-08
FUNDADO EM 11 DE JUNHO DE 1931

DIREÇÃO GERAL
Eduardo Carpinski
EDITOR-CHEFE
Rafael Peruzzo
CONSELHO EDITORIAL
Sitamar Brittes

Redação
(42) 99823 - 0044
Comercial
(42) 3521 - 2050

Assinatura anual
Local: R$ 360,00 | Microrregião: R$ 600,00
Circulação
União da Vitória, Cruz Machado, Paulo Frontin e Porto União
FILIADO
ADIPR

/peloestado

[PeloEstado]

peloestado.com.br

MPSC denuncia envolvidos em Operação DNA do Crime

O Ministério Público de Santa Catarina (MPSC) ofereceu denúncia contra uma advogada, vários empresários de uma mesma família, pessoas ligadas a eles e agentes públicos, em razão dos crimes investigados durante a Operação DNA do Crime, deflagrada em 2 de junho de 2026 e que é um desdobramento da Operação Mensageiro, que apura lavagem de dinheiro praticada por um grupo de empresários, os quais possuem condenações e ações penais em andamento por crimes de corrupção e fraude licitatória.

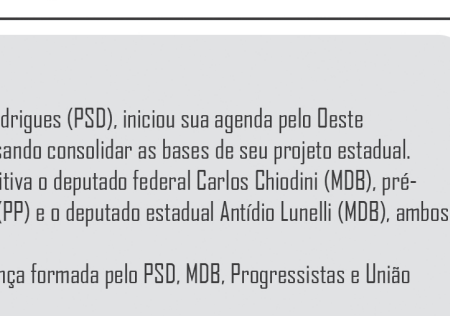
Os empresários ligados à área de coleta e transporte de lixo, que já figuram como réus em outras três ações penais ajuizadas pelo Ministério Público, e pessoas próximas a eles, incluindo funcionários e familiares, além de agentes públicos vinculados à Prefeitura Municipal de Rio do Sul, foram denunciados por promoverem e integrarem organização criminosa formada para cometer estes crimes de fraude à licitação e lavagem de dinheiro.

Além disso, no dia da deflagração da Operação DNA do Crime, apurou-se que uma advogada, a qual havia recebido legalmente algumas informações sigilosas sobre a Operação por atuar junto à Comissão de Prerrogativas da Ordem dos Advogados do Brasil, havia vazado os dados sigilosos para uma das investigadas, a qual então agiu tentando se esquivar da ação das autoridades. Em razão dessa conduta, a advogada foi presa em flagrante e posteriormente denunciada pelo MPSC, pelo crime de impedir e embaraçar investigação envolvendo organização criminosa.

Via Mar e ferrovias em pauta

Depois de abrir a semana em Nova Iorque com o SC Day, a comitiva catarinense chegou a Washington para uma rodada de conversas técnicas com a International Finance Corporation (IFC), braço do Banco Mundial especializado em estruturar concessões e parcerias público-privadas. O governador apresentou três obras consideradas estratégicas para destravar a logística do estado: a rodovia ViaMar, que tem orçamento preliminar estimado em R$ 9 bilhões e o Governo pretende viabilizá-lo por meio de uma PPP de longo prazo, o Plano Ferroviário de Santa Catarina, cujo os investimentos previstos ultrapassa R$ 12 bilhões. Já o Transporte Marítimo, que é a terceira prioridade do Governo Catarinense, terá projetos e concessões viabilizados para estimular novas opções de transporte público.

Foto: Secom/Divulgação



Exposuper 2026

Negócios, inovação, relacionamento e conhecimento movimentaram a ExpoSuper 2026, que reuniu mais de 30 mil visitantes, 310 expositores e gerou mais de R$ 1,2 bilhão em negociações ao longo de três dias de evento. Promovida pela Associação Catarinense de Supermercados (Acats), a feira reuniu supermercadistas, fornecedores, indústrias, prestadores de serviços, especialistas e lideranças de todas as regiões do país em uma programação voltada ao desenvolvimento do varejo alimentar e foi marcada por corredores movimentados, auditório lotado, apresentação de lançamentos, reuniões comerciais e troca de experiências entre profissionais de toda a cadeia supermercadista. Ao longo da programação, os participantes acompanharam conteúdos sobre inteligência artificial, liderança, transformação digital, comportamento do consumidor, Reforma Tributária e as mudanças que vêm influenciando o setor.

Desenvolvimento

Os Institutos SENAI de Inovação e Tecnologia de Santa Catarina alcançaram a marca de R$ 1,02 bilhão em carteira de projetos desenvolvidos em parceria com a indústria desde 2014. O resultado reflete a consolidação da atuação dos Institutos no desenvolvimento de soluções tecnológicas, pesquisa aplicada e inovação voltadas ao aumento da competitividade industrial.

Ao longo desse período, foram executados 344 projetos para 417 empresas em iniciativas que envolveram diferentes áreas estratégicas, como Transformação Digital e Inteligência Artificial, Robótica Avançada, Manufatura Avançada, New Space, Economia de Baixo Carbono e Transição Energética, e Bioeconomia.

Parceria

O Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) e o Consórcio de Desenvolvimento Econômico do Planalto Norte (Codeplan) formalizaram, durante o Summit Cidades, o contrato para a prestação de serviços técnicos especializados destinados à estruturação de projeto de Parceria Público-Privada (PPP) de iluminação pública e cidades inteligentes para os municípios consorciados da região. A iniciativa amplia a atuação do BRDE na estruturação de projetos de infraestrutura urbana em Santa Catarina, com foco na modernização e expansão dos sistemas de iluminação pública, no aumento da eficiência energética e na adoção de soluções tecnológicas voltadas à gestão inteligente das cidades.

Visitando o Oeste

O pré-candidato ao Governo de Santa Catarina, João Rodrigues (PSD), iniciou sua agenda pelo Oeste catarinense. O roteiro abrange seis cidades da região, visando consolidar as bases de seu projeto estadual. Além do ex-prefeito de Chapecó, também integram a comitiva o deputado federal Carlos Chiodini (MDB), pré-candidato a vice-governador, o senador Esperidião Amin (PP) e o deputado estadual Antídio Lunelli (MDB), ambos pré-candidatos ao Senado.

Esta será a sétima agenda regional promovida pela aliança formada pelo PSD, MDB, Progressistas e União Brasil.

Integração Editorial

Associação de Diários do Interior SANTA CATARINA

APJSC Associação dos Portais de Notícias e Jornais Digitais de Santa Catarina

Produção e edição: ***ADI/SC - Jornalista Celina Sales***
Diagramação: ***Celina Sales***
Contato peloestado@gmail.com
***Esta coluna é publicada nos jornais eportais associados a ADISC e a APJSC**

ADIPR Associação dos Jornais e Portais do Paraná

COLUNA **PELO PARANÁ**

ANÁLISE, INFORMAÇÃO E VISÃO DE QUEM ACOMPANHA O QUE MOVE O PARANÁ.

CONVENÇÃO DO PSD

O PSD marcou para 25 de julho a convenção estadual que oficializará a candidatura de Sandro Alex ao Governo do Paraná nas eleições de 2026. No mesmo evento, o partido confirmará apoio à candidatura de Alexandre Curi ao Senado. A legenda chega à disputa com forte capilaridade política, administrando 201 dos 399 municípios paranaenses.

PPP da educação

O governador Ratinho Júnior assinou o contrato do programa Mais Escolas Paraná, considerado o maior projeto de Parceria Público-Privada (PPP) da educação no Brasil. A iniciativa prevê a construção de 40 colégios em 31 municípios, com investimento de R$ 6,53 bilhões durante a concessão. O projeto deve criar cerca de 30 mil novas vagas na rede estadual, com prioridade para o ensino em tempo integral.

Liderança de governo

A troca na liderança do governo no Senado foi oficializada nesta quinta-feira (25). O presidente Luiz Inácio Lula da Silva nomeou a senadora Teresa Leitão (PT-PE) para substituir Jaques Wagner (PT-BA). A nova líder terá como principal missão articular a aprovação de propostas prioritárias do governo, entre elas a PEC do fim da escala 6x1 e a PEC da Segurança Pública.

Sinovac no Paraná

A farmacêutica chinesa Sinovac, conhecida pela vacina CoronaVac, confirmou planos de investir cerca de US$ 100 milhões (R$ 520 milhões) no Brasil nos próximos cinco anos. Um dos destaques da estratégia é a parceria com o Instituto de Tecnologia do Paraná (Tecpar), que participará da produção nacional das vacinas contra raiva humana e varicela. O acordo prevê transferência gradual de tecnologia, com investimentos em infraestrutura e qualificação de pessoal. A iniciativa reforça o papel do Paraná na expansão da indústria de biotecnologia e na produção de imunizantes no país.

Mulheres avançam

Estudo da Universidade Federal do Paraná apontou que o número de candidatas à Câmara dos Deputados cresceu 925% entre 1998 e 2022, passando de 358 para 3.668 concorrentes. Apesar do avanço, a representação feminina ainda é limitada: nas eleições de 2022, as mulheres conquistaram apenas 17,5% das cadeiras da Câmara e 17,8% das vagas nas assembleias legislativas. A pesquisa, desenvolvida pela UFPR, destaca que as cotas ampliaram as candidaturas, mas ainda não garantiram igualdade de condições na disputa eleitoral.

Estudantes premiados

O Paraná encerrou a 20ª edição da Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas (Obmep) com 4.247 estudantes premiados: 35 medalhas de ouro, 156 de prata, 412 de bronze e 3.644 menções honrosas. O Estado ficou entre os cinco com maior número de medalhistas de ouro do país, atrás apenas de São Paulo (180), Minas Gerais (74), Rio Grande do Sul (64) e Santa Catarina (44). A olimpíada reuniu mais de 18,3 milhões de alunos de 99,9% dos municípios brasileiros.

Maratona Internacional

Estão abertas as inscrições para a primeira Maratona Internacional de Maringá, marcada para os dias 20 a 22 de novembro. A expectativa é reunir cerca de 15 mil atletas em provas de 5 km, 10 km, 21 km e 42 km. Com mais de R$ 300 mil em premiações, o evento busca atrair corredores de elite do Brasil e do exterior. A aposta é fortalecer o turismo esportivo e consolidar a cidade no calendário nacional das corridas de rua.

Alta frequência

O Paraná passou a liderar o ranking nacional de frequência escolar no ensino médio, segundo dados do IBGE. O índice saltou de 78,7% para 86,6% entre 2024 e 2025, superando a média brasileira de 80,6%. Nos anos finais do ensino fundamental, o Estado também avançou e ultrapassou a média nacional. O resultado reforça a trajetória de melhora dos indicadores educacionais paranaenses.

Coluna publicada simultaneamente em 24 jornais e portais associados. Saiba mais em www.adipr.com.br

Da Redação ADIPR Curitiba
jornalismo@adipr.com.br

O FUTURO DA ENGENHARIA EM DEBATE: O DESAFIO DE MODERNIZAR O CREA-SC E FREAR O "APAGÃO" DE PROFISSIONAIS NO MERCADO

Em meio ao processo eleitoral do Conselho, candidato alerta para déficit projetado de 70 mil profissionais até 2030, evasão universitária de 65% e a urgência de atualizar legislação de 1966

Da Redação

Foto: JOC



O Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Santa Catarina (CREA-SC) atravessa um momento decisivo, com eleições marcadas para o dia 03 de julho. O órgão, responsável por fiscalizar e regulamentar o exercício profissional de engenheiros, agrônomos e geocientistas, gerencia hoje um ecossistema gigante: são mais de 85 mil profissionais e cerca de 25 mil empresas registradas apenas em território catarinense.

Com o objetivo de debater os rumos da autarquia para o triênio 2027-2029, três nomes que disputam o pleito pela situação visitaram os estúdios do Jornal O Comércio: Felipe Penter, candidato à presidência do CREA-SC; Paulo Roberto de Oliveira, candidato a conselheiro federal suplente; e Daniel Candler Signori, que disputa o cargo de diretor-geral da Mútua, a caixa de assistência do setor.

Em uma longa sabatina, os entrevistados traçaram um diagnóstico profundo sobre os desafios da classe, que vão desde um iminente "apagão" de mão de obra qualificada até a necessidade de adaptar leis criadas há quase seis décadas às inovações tecnológicas e ao pujante — e diversificado — mercado de Santa Catarina.

A ameaça do apagão e a evasão universitária

Um dos momentos mais críticos do debate girou em torno do futuro das profissões abarcadas pelo CREA-SC. Daniel Signori, que atua como empresário no segmento de infraestrutura, trouxe números que acendem um alerta vermelho para o desenvolvimento do país. Segundo ele, o Brasil caminha para um déficit estimado em 70 mil profissionais nas áreas de engenharia, agronomia e geociências até o ano de 2030.

A raiz desse fenômeno é multifatorial, mas começa ainda na juventude. "Hoje, apenas 12% dos estudantes do ensino médio estão com anseio de entrar na universidade em profissões que o nosso conselho atende", revelou Signori. O cenário piora dentro das universidades: nos últimos cinco anos, houve uma queda de 52% no número de egressos nessas áreas, e a taxa de evasão escolar nos cursos de engenharia chega a alarmantes 65%.

Além da dificuldade inerente às grades curriculares baseadas em cálculos complexos, os poucos profissionais que se formam enfrentam forte assédio de outros mercados. "As áreas de tecnologia e as áreas financeiras absorvem grande parte dos profissionais que saem do sistema pela facilidade de números e de raciocínio lógico", explicou o candidato à Mútua.

Para Felipe Penter, a solução exige uma mudança cultural que precisa começar nas escolas, em parceria com as entidades de classe locais. O candidato a presidente do CREA-SC defende uma abordagem lúdica para desmistificar a profissão. "Temos que mostrar para os estudantes do ensino médio que ser engenheiro não é só fazer conta de matemática, é questão de raciocínio lógico", argumentou Penter. Ele ressalta que a engenharia está no cotidiano de todos: no celular (telecomunicações), no banho quente (saneamento) e nas estradas (infraestrutura). "Um país onde se tem mais advogados do que engenheiros demonstra que é mais difícil que ele evolua e cresça e se torne um país de primeiro mundo", pontuou.

As peculiaridades de Santa Catarina e a modernização do sistema

Santa Catarina é reconhecida por sua forte diversidade econômica regional, o que exige do CREA uma atuação plural. Penter, que é produtor de maçã no município de São Joaquim, ilustrou as diferentes demandas do estado: enquanto o litoral é dominado pela construção civil — impulsionado por grandes empreendimentos em cidades como Balneário Camboriú, apelidada de "Dubai brasileira" —, o Oeste e Extremo-Oeste têm sua força no agronegócio e no cooperativismo, demandando forte atuação de agrônomos. Há ainda polos como Chapecó e Concórdia, descritos como verdadeiros "canteiros de obras" de infraestrutura. Curiosamente, o CREA não abrange mais os arquitetos desde 2012, quando a categoria formou seu conselho próprio, consolidando a atual sigla focada em Engenharia e Agronomia.

Acompanhar esse ritmo acelerado exige uma base legal sólida, mas a atual regulamentação das profissões é de 1966. Paulo Roberto de Oliveira, candidato a conselheiro federal suplente na chapa do atual presidente licenciado Carlos Quita Xavier (que acumula quatro mandatos de experiência), explicou a urgência dessa atualização. "O conselheiro federal trata da regulamentação do sistema. Nós somos 18 conselheiros que se aproximam dos órgãos regulamentadores, por exemplo, o Conselho Federal de Educação, e fazemos a interface entre a academia, os profissionais e os órgãos", detalhou. Com experiência como coordenador nacional das comissões de ética do Brasil, Paulo reforçou que o objetivo é harmonizar as leis para que acompanhem a evolução tecnológica profissional.

No âmbito estadual, Oliveira destacou o avanço digital dos últimos anos. O conselho, que antes era essencialmente analógico, passou a informatizar o recolhimento de Anotações de Responsabilidade Técnica (ARTs) e a gestão documental, facilitando a vida do profissional. "O CREA é bom, o CREA que não atrapalha, o CREA que facilita, mas sem fragilizar o processo, pois somos um órgão de fiscalização", resumiu Penter.

A Mútua: um gigante da assistência ainda desconhecido

Um dos grandes paradoxos do sistema Confea/Crea é a Mútua. A instituição atua como uma caixa de assistência dos profissionais, recolhendo um percentual das taxas do conselho para reverter em benefícios sociais, securitários e previdenciários. O problema? De 85 mil profissionais em SC, apenas 11 mil são associados.

Daniel Signori detalhou os atrativos que a maioria da classe ignora. Mediante uma anuidade de R$ 160, o profissional tem garantido seguro de vida, previdência privada e seguro de responsabilidade civil. "Se você for hoje contratar simplesmente um seguro de responsabilidade civil nesses moldes, vai custar em torno de R$ 2.000 a R$ 2.200. Só esse produto já paga dez anos da sua anuidade", comparou.

A Mútua também atua como fomentadora financeira, oferecendo linhas de crédito com juros bem abaixo do mercado para que profissionais em início de carreira possam comprar computadores, equipamentos ou montar suas empresas. O financiamento de veículos para deslocamento até obras e fazendas tem um diferencial importante: o carro não fica alienado.

No campo social, a entidade oferece plano de saúde, convênios com redes hoteleiras e empresas de software, além de benefícios não reembolsáveis fundamentais para a permanência da mulher no mercado de trabalho, como auxílio-maternidade e auxílio-creche por até um ano.

Oriundo da iniciativa privada, Signori vê um déficit claro de comunicação. Seu principal objetivo, caso eleito, é colocar a Mútua dentro das indústrias e das universidades, rompendo a barreira do desconhecimento e garantindo que esses direitos cheguem a quem atua na ponta do mercado.

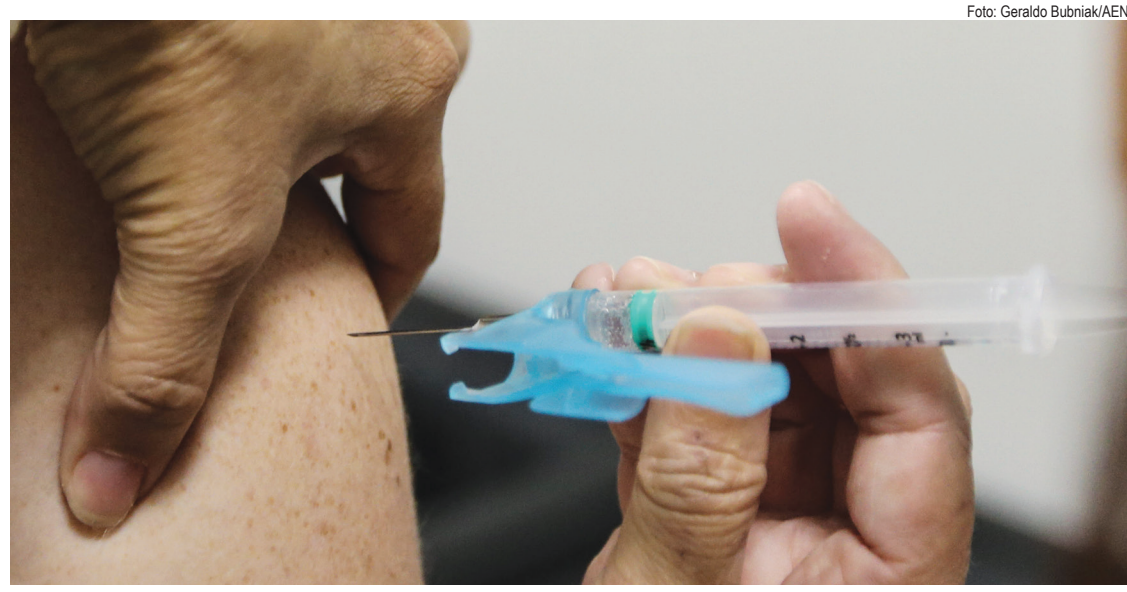
A chapa que se apresenta para as eleições é composta por uma mescla de nomes da iniciativa privada e lideranças setoriais. Além de Vinícius Marques (candidato à presidência do Confea), Quita Xavier e Paulo Oliveira (Conselho Federal), Felipe Penter (CREA-SC) e Daniel Signori (Direção Geral da Mútua), o grupo conta com as candidaturas de Núbia Ferreira (Chapecó) e da engenheira sanitarista Roberta Massa (Florianópolis) para as diretorias administrativa e financeira da Mútua, respectivamente.

SEXTA REGIONAL DE SAÚDE AVALIA ADESÃO À VACINA DA GRIPE ENTRE OS GRUPOS PRIORITÁRIOS NA REGIÃO DA AMSULPAR

Adesão estagnada em 50% nos grupos que têm prioridade força mudança na estratégia do Governo do Estado. Hospitais de União da Vitória já operam sem vagas de terapia intensiva, e autoridades alertam para o "efeito dominó" que prejudica vítimas de acidentes e infartos

Por Rafael Peruzzo

Foto: Geraldo Bubniak/AEN



A partir da próxima segunda-feira, 29, a vacina contra a gripe estará disponível para toda a população acima de seis meses de idade nos nove municípios que compõem a 6ª Regional de Saúde do Paraná, bem como em todo o estado. A decisão, pactuada entre a Secretaria de Estado da Saúde (Sesa) e o Conselho de Secretarias Municipais de Saúde do Paraná (Cosems), reflete uma tentativa urgente de frear o avanço das infecções respiratórias em meio à chegada do inverno.

O principal motivo para a liberação irrestrita do imunizante é um alerta vermelho que já soa nos corredores dos hospitais: a baixa procura pelas doses por parte dos chamados grupos prioritários. De acordo com os dados mais recentes, a cobertura vacinal média na 6ª Regional de Saúde estacionou na casa dos 49,44%, muito distante da meta ideal de 90% estabelecida pelas autoridades sanitárias.

Diante da estagnação, o reflexo já é sentido na ponta do sistema de saúde. Em entrevista concedida ao Jornal O Comércio, o chefe da 6ª Regional de Saúde, Júnior Rocha, revelou um panorama preocupante sobre a capacidade de atendimento local. "Hoje as UTIs dos nossos dois hospitais aqui estão completamente lotadas", alertou Rocha. Segundo o gestor regional, há quase 100% de ocupação dos leitos clínicos e as duas unidades que disponibilizam leitos de Terapia Intensiva em União da Vitória não possuem mais vagas, sendo a grande maioria dos pacientes vítimas de Síndromes Respiratórias Agudas Graves (SRAG).

O "Efeito Dominó" na Saúde Pública

O estrangulamento do sistema hospitalar traz consequências que vão além das doenças respiratórias. O chefe da regional fez questão de destacar o que chamou de "reação em cadeia". O sistema de saúde, tanto público quanto privado, não atua com uma grande margem de leitos ociosos, o que significa que o aumento de internações por gripe afeta o atendimento de outras emergências.

"Esse tipo de doente que não precisaria estar na UTI, ele acaba tirando a vaga de um outro que precisaria, por exemplo, um infartado, um acidentado", ilustrou Júnior Rocha. Ele explicou que uma vítima de acidente de trânsito, mesmo sendo jovem e fora dos grupos de risco, pode acabar penalizada pela falta de um leito de alta complexidade que está ocupado por um paciente com agravamento respiratório.

A vacina, reforça a autoridade, é a ferramenta mais eficaz para evitar esse colapso. "A vacina, ela não te dá 100% de garantia que você não vai ter a doença, ter a gripe, mas se você tiver, você vai pegar uma forma mais branda. Isso evita que você hospitalize e diminui a chance de ir para a UTI", ressaltou o chefe da regional.

Raio-X da 6ª Regional: a dificuldade em atingir a meta

Os números oficiais da campanha de vacinação detalham o tamanho do desafio enfrentado pelos gestores. Dos 49.520 habitantes mapeados como público-alvo prioritário na 6ª Regional, apenas 24.483 receberam a dose do imunizante, resultando no índice geral de 49,44%.

O levantamento revela disparidades preocupantes entre os municípios. Porto Vitória lidera o ranking proporcional da região, com 66,08% do seu público prioritário imunizado (783 doses aplicadas para uma meta de 1.185 pessoas). Na outra ponta da tabela aparece Cruz Machado, que devido ao seu extenso território, encontra dificuldades para efetivar uma vacinação mais ampla, e aparece com 43,50% de cobertura, seguido por São Mateus do Sul, com 46,30%.

A cidade mais populosa da região, União da Vitória, vacinou até o momento 8.476 pessoas, alcançando pouco mais da metade do seu público-alvo (50,13%). Outros municípios apresentam os seguintes índices gerais: Bituruna (55,25%), Antônio Olinto (53,39%), Paula Freitas (51,63%), Paulo Frontin (51,44%) e General Carneiro (47,64%).

A preocupação com as crianças e professores

Quando os dados são analisados por recortes de público, o cenário expõe vulnerabilidades específicas. Os trabalhadores da saúde representam o grupo mais protegido, com 81,89% de cobertura regional (2.894 vacinados). As gestantes vêm em segundo lugar, com 59,24% de adesão.

No entanto, o índice acende o alerta máximo em relação às crianças de 6 meses a menores de 6 anos. A média regional infantil é de apenas 45,98%. Há municípios em que a média não ultrapassa os 38%. Em União da Vitória, a vacinação infantil está em 41,89%.

Outro grupo que preocupa as autoridades de saúde é o dos professores. Apenas 32,12% dos educadores da 6ª Regional buscaram a proteção. As puérperas (mulheres no período pós-parto) também registram baixa procura regional, com índice de 35,97%. Os idosos (60 anos ou mais), que representam o maior contingente populacional prioritário (29.180 pessoas), não chegaram à metade da meta, estacionando em 48,65%.

O Panorama estadual: 441 mortes

A crise não é exclusividade dos municípios do Sul do estado. Segundo o último Informe Epidemiológico de Vírus Respiratórios divulgado pela Sesa, o Paraná já contabiliza 10.119 casos de Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG) em 2026, que resultaram em 441 óbitos. Deste total preocupante, 1.535 casos e 88 mortes foram causados diretamente pelo vírus Influenza, o causador da gripe.

A média estadual de vacinação dos grupos prioritários está em 47,18%, ligeiramente abaixo da média da 6ª Regional (49,44%) e bem aquém da meta estadual de 90% (o que representaria quase 3 milhões de paranaenses protegidos). Ainda assim, o Paraná ocupa a 6ª posição no ranking nacional de vacinação proporcional, e o 5º lugar em números absolutos, com mais de 2,2 milhões de doses já aplicadas, ficando atrás apenas de São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro.

"A ampliação da vacinação permitirá que mais paranaenses estejam protegidos neste período de maior circulação dos vírus respiratórios. Mas reforçamos o chamado aos grupos prioritários, especialmente crianças, idosos, gestantes e profissionais da saúde", declarou o secretário estadual da Saúde, César Neves.

O fator inverno e a segurança da vacina

Com as temperaturas despencando nesta semana e a chegada rigorosa do inverno, as condições ambientais tornam-se aliadas do vírus. O chefe da 6ª Regional alerta para os hábitos que aumentam a suscetibilidade às doenças: "Agora no inverno a gente aglomera mais. Quem faz uso do transporte público fecha a janelinha. Na sala de aula a professora e as crianças vão lá e fecham a janelinha".

Ele lembra ainda que o clima seco, associado ao uso de ar-condicionado e até mesmo do tradicional fogão a lenha, muito comum na região Sul do estado, deixa o sistema respiratório mais frágil e exposto à ação viral.

Para combater a desconfiança gerada no período pós-pandemia de Covid-19 em relação aos imunizantes, Júnior Rocha foi enfático ao defender o histórico da campanha contra a Influenza. "Eu tenho certeza que em torno de 30 anos a vacina da gripe é aplicada de maneira bem segura a toda a população", tranquilizou o gestor.

Estratégias e próximos passos

Com a liberação para o público geral a partir de segunda-feira, 29, as mais de 1,8 mil salas de vacinação espalhadas pelo Paraná estarão de portas abertas para qualquer pessoa a partir dos seis meses de vida.

Na 6ª Regional, as Secretarias Municipais de Saúde já preparam ações de contingência para facilitar o acesso da população às doses. "União da Vitória, por exemplo, está dispondo de horários estendidos para vacinar quem trabalha o dia todo. Cada município, dentro das suas possibilidades, vai ofertar para a população algumas estratégias que façam com que esse número melhore", adiantou Júnior Rocha.

O apelo final das autoridades é para que a sociedade compreenda o seu papel na saúde coletiva. Vacinar-se, neste momento, não é apenas um ato de proteção individual contra os sintomas incômodos da gripe. É, sobretudo, uma ação de cidadania para desafogar os hospitais regionais, garantindo que o leito de UTI esteja livre e disponível para salvar a vida de quem, tragicamente, venha a precisar dele em uma emergência de outra natureza.



Informando

Brittes Antônio Brittes
colunista@jornalocomercio.com

Atrás do prejuízo

Foto: Reprodução/AgênciaFPA



O deputado federal Valdir Cobalchini, na tribuna, salientou que as últimas grandes obras em Santa Catarina foram realizadas na época de Juscelino Kubitschek: as rodovias BRs 450, 280 e 153. Já passou da hora de correr atrás do prejuízo.

Participou

O prefeito de Porto União, o médico Juliano Hassan, participou no Colégio Santos Anjos do Seminário Regional Sobre Fibromialgia, um momento de informação, conscientização e troca de experiência sobre essa condição que afeta milhares de pessoas.

Obras

O prefeito de União da Vitória, Ary Carneiro Junior, foi conferir as obras de revitalização da Praça dos Expedicionários. O espaço está sendo transformado para oferecer mais lazer, esporte e qualidade de vida para a população, com investimento superior à R$ 493 mil.

Compromisso

O deputado Alexandre Curi, presidente da Assembleia Legislativa, disse que "a Seleção brilha em campo. Nós brilhamos na transparência. A nossa gestão mostra como é possível trabalhar com responsabilidade e respeito com quem mais importa: os paranaenses. Esse é o compromisso que nos move todos os dias."

Ciclovias

O deputado Hussein Bakri, ao lado da coordenadora da Casa Civil, Gabi Bakri, na sede do Grupo Verde Vale de Comunicação, anunciou a licitação para implantação de ciclovias em União da Vitória, em um investimento de R$ 34 milhões.

Lançado (I)

Ex-prefeito de Curitiba, Rafael Grecca (MDB), foi lançado como pré-candidato ao governo do Paraná em um evento lotado na Sociedade Thalia, mas com baixa presença de prefeitos e parlamentares. O discurso paz e amor evitou confronto, poupou Ratinho Júnior (PSD) e deixou aberta a disputa por apoio até as convenções em agosto.

Lançado (II)

A eleição, porém, costuma fechar as portas antes de abrir urnas. Até 05 de agosto, Grecca terá de mostrar se consegue atrair prefeitos, deputados, partidos e estrutura fora de Curitiba. Se não fizer isto, o lançamento no Thalia pode virar uma bela cena de pré-campanha.

Convenções

As convenções partidárias ocorrerão entre os dias 20 de julho e 05 de agosto. É nesse período que partidos e federações definem candidaturas, coligações e chapas.

Cenário

A Copa pode ser cenário de opinião política: não pode ser atalho para campanha eleitoral antes de 16 de agosto.

Sancionou

A vereadora Thays Bieberbach (PT) destacou que o governo federal sancionou o piso nacional dos professores da educação básica para jornada de 40 horas semanais em R$ 5.130,63. Reajuste de 5,4% e ganho real de 1,5 ponto percentual acima da inflação.

COLÉGIOS DA POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ SE DESTACAM NO ENEM 2025 E REFORÇAM EXCELÊNCIA DA EDUCAÇÃO PÚBLICA

| Da Assessoria

Fotos: Divulgação/7º CPM



Os Colégios da Polícia Militar do Paraná (CPMs) conquistaram posições de destaque no ranking estadual do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) 2025, consolidando-se entre as instituições públicas com melhor desempenho acadêmico do Estado. O resultado reforça a qualidade do ensino oferecido pelas sete unidades no Paraná – uma delas em União da Vitória –, que figuraram entre os dez colégios públicos estaduais com maiores notas na prova do ano passado.

O desempenho alcançado demonstra a relevância pedagógica dos CPMs no cenário da educação pública paranaense. Os resultados refletem não apenas a qualidade do ensino ofertado, mas também um modelo educacional que alia disciplina, valores éticos, responsabilidade e excelência acadêmica, contribuindo para a formação integral dos alunos.

Mantidos integralmente pela Polícia Militar do Paraná, os Colégios da Polícia Militar possuem gestão própria, currículo diferenciado e processo seletivo anual para ingresso. Trata-se de uma instituição com características distintas das escolas convencionais, baseada em uma filosofia educacional que busca desenvolver competências acadêmicas, cidadania e respeito às normas de convivência.

Os CPMs também atuam como órgãos de apoio educacional vinculados à Diretoria de Educação Corporativa, integrante da estrutura do Comando-Geral da Polícia Militar do Paraná. Atualmente, o Estado conta com sete unidades: em Curitiba, Londrina, Cornélio Procópio, Maringá, Foz do Iguaçu, Pato Branco e União da Vitória, atendendo milhares de estudantes em diferentes regiões do Paraná.

Presidente da Comissão de Educação da Assembleia Legislativa, o deputado estadual Hussein Bakri comemorou os resultados alcançados pelos colégios militares. "A educação é o caminho mais seguro para transformar vidas e construir um futuro melhor. Os resultados obtidos pelos Colégios da Polícia Militar no Enem 2025 mostram que investir em educação de qualidade gera oportunidades e prepara nossos jovens para os desafios do mundo. Parabenizo alunos, professores, equipes pedagógicas e familiares por essa importante conquista", destacou.

Para o parlamentar, os números reforçam a necessidade de continuar ampliando os investimentos no setor educacional. Hussein Bakri enfatizou o grande trabalho do Governo do Paraná que vem se destacando por ações que refletem resultados positivos, sobretudo o primeiro lugar nacional no Ideb (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica).



CRÔNICA

RONDÔNIA NÃO É RORAIMA!

Por Carlos Mattioli

"Ninguém lembra de nós aqui, Juiz!"

O sentimento de abandono pelo poder público, pelos serviços, segurança pública, saúde, saneamento básico, urbanização, é frequente em muitas comunidades Brasil afora.

A Comarca em que trabalho abrange seis municípios, e comumente essa reclamação é trazida nas abordagens em audiências judiciais e ao final de palestras e projetos de atendimento e cidadania realizados tanto em bairros da zona urbana das cidades, quanto nas extensas e longínquas zonas rurais das comunidades que atendemos.

Não raro agentes políticos e servidores públicos realmente sequer conhecem todas as localidades que estão sob seus cuidados, nunca os visitaram, nem mesmo conhecem suas particularidades, suas demandas e problemas vivenciados pela população que lá vivem.

Quando fui a Rondônia participar da Justiça Fluvial Itinerante, com autorização do Tribunal de Justiça do Paraná, designado pelo Tribunal de Justiça do Norte do País para trabalhar no atendimento das populações ribeirinhas que vivem às margens do Rio Madeira, chamou-me a atenção a escrita bem-humorada "Rondônia não é Roraima" estampada em bonés e camisetas, indicando que para além da negligência e descaso daqueles que tem o dever de "cuidar" dos interesses da população, o problema vai muito além, a brincadeira denuncia uma realidade incômoda: o desconhecimento e a invisibilidade.

Colega Juiz Trabalhista que acompanhou os trabalhos e atende na região Norte, Doutor Paulo Tenório, também trajava um boné com o meme: "O Acre existe!"

Há, contudo uma questão estrutural ainda mais profunda. As deficiências da educação básica que produzem desconhecimento, dificultando sobremaneira que regiões mais distantes dos grandes centros do Sudeste brasileiro recebam a atenção devida não apenas para seus problemas e dificuldades, mas também o reconhecimento sobre as particularidades de sua riqueza cultural, histórica, social, ambiental e gastronômica.

A situação mostra-se não muito diferente ao se identificar em regiões do Brasil como morador do Paraná, e ser chamado de gaúcho, mas enfim, o que aqui se pretende refletir, essencialmente é sobre a dificuldade que populações de áreas mais afastadas possuem de receber o básico quanto aos serviços públicos que a todos deveriam ser ofertados.

E assim se ressalta a importância de providências que visam amenizar a problemática, provenientes dos Tribunais de Justiça brasileiros ao levar serviços de justiça e de cidadania a comunidades mais distantes, rotineiramente com grande carência socioeconômica. No Paraná funciona o projeto Justiça no Bairro, criado pela Desembargadora Joeci Camargo, aqui em União da Vitória já executamos por quase dez anos o programa Amigos do Povo, atualmente ainda funciona o projeto de Combate à Evasão Escolar, iniciativa que busca assegurar o direito fundamental à educação e enfrentar uma das causas mais persistentes de exclusão social.

E no Estado de Rondônia se organiza a Justiça Itinerante, sendo um de seus braços a Justiça Fluvial, que segue por barco junto ao majestoso e grandioso Rio Madeira, principal afluente do Rio Amazonas, que proveniente da Bolívia cruza todo o Estado, seguindo até a divisa com o Estado do Amazonas, em plena Floresta Amazônica.

Quando lá estive, o Barco Deus é Amor II já seguia pelo leito do Rio Madeira por uma semana, e com o ingresso de nossa equipe passou pelas comunidades de Santa Catarina, Nazaré, Lago do Cuniã, Cavalcante e São Carlos, todas com acesso exclusivo por via fluvial até a capital, Porto Velho.

Entre as atividades realizadas pela Justiça audiências sobre pensão alimentícia, divórcio, atendimento da Justiça Trabalhista, Ministério do Trabalho, INSS, Justiça Eleitoral, a realização de casamentos civis. Essas ações, concentradas em um único espaço e curto intervalo de tempo, representam uma verdadeira força-tarefa voltada a garantir o acesso a direitos fundamentais em locais onde a distância e as dificuldades de deslocamento inviabilizam o atendimento regular.

Muitos dos moradores ribeirinhos somente acessam estes serviços públicos na passagem anual do Barco da Justiça. Há locais que nunca saíram de suas comunidades, e claro, infelizmente, há carência de toda espécie nas localidades visitadas.

"Ninguém lembra de nós aqui Juiz!" disse Maria Aparecida, mãe de três filhos, menores de idade, casada, ajuda o marido na pesca, além dos serviços da casa. Em seguida, completou com naturalidade: "Aliás, tem vocês né, se não fossem vocês eu não teria divorciado do meu ex, meu filho mais velho recebe pensão dele, que também foi acertado no barco. Eu casei aqui no barco também, ano passado, e hoje nós estamos fazendo o acerto do título de eleitor, que tem eleição esse ano né juiz".

Em todas as comunidades, havia muitos adolescentes de 16, 17 anos, fazendo a emissão do primeiro título de eleitor. Quando não estava em algum atendimento eu sempre me aproximava da fila, e puxava conversa. A resposta quase sempre a mesma: "é importante fazer o título", mas ficava algo vago que eu ainda não conseguia entender. Posteriormente, conversando com os servidores do barco, me foi lembrado que o título tem sido cobrado para a obtenção de benefícios sociais do governo.

Nessas conversas com os adolescentes, também com os adultos, mulheres, homens, idosos, a todos eu perguntava sobre a vida na floresta, nas margens do Rio Madeira. E a resposta, indistintamente, em todas os povoados a mesma: "é muito bom viver aqui, nós temos tudo, temos casa, comida que tiramos da roça e da mata, nossa família, nossa comunidade que é muito unida".

_ Você é feliz morando aqui? _ perguntei em certa ocasião.

_ Sim, eu adoro morar aqui, Juiz" _ foi a resposta.

De um lado a carência de tudo. De tudo o que lhes é de direito por atribuição legal, inclusive. De outro a compreensão de que apesar dos incontáveis problemas, o essencial todos têm, e isso basta para viver e para ser feliz.

A exuberância e a beleza da floresta amazônica não escondem as deficiências da falta de médicos, de serviços sociais, de polícia, de mínima urbanização, de saneamento básico, da dificuldade da ausência de transporte público gratuito pelo rio. Mas ela (a floresta) talvez influencie em algo que está além da nossa possibilidade de compreensão.

Rondônia não é Roraima. Rondônia não é a Europa, não é a Finlândia, Suécia ou Dinamarca, onde as pesquisas indicam os mais altos índices de felicidade no mundo. Mas as pessoas que lá vivem, quase isoladas, nas margens do Baixo Madeira, encontraram uma forma de ser feliz.

*o nome aqui utilizado é fictício.

Carlos Mattioli
Juiz da criança, adolescente, família e cidadania em União da Vitória (PR)

COMO NASCEM AS FAKE NEWS

Por Cláudio Henrique de Castro

Foto: Magnific



As mentiras em massa fazem parte do cotidiano das pessoas.

Nascem de uma simplificação binária elementar: o verdadeiro e o falso; o bem e o mal; o corrupto e o honesto; o de esquerda e o de direita; o nacional e o estrangeiro; o a favor e o do contra; os meus amigos e os meus inimigos; o nós e o eles; ele é de Deus o outro é do capiroto.

Num jogo de futebol, no qual há a violência e o enfrentamento das torcidas organizadas.

A barbárie da segunda Guerra Mundial, a ascensão dos totalitarismos nazifascistas, a Guerra Fria e, agora, a ascensão de Trump e os conflitos mais recentes, um tudo ou nada, despido de racionalidade.

Neste contexto, as mentiras em massa estão situadas numa falsa simetria, isto é, de falsos opostos.

No cenário eleitoral, cria-se o inimigo; no contexto religioso, cria-se o herege e assim sucessivamente.

Como entram as mentiras em massa na cabeça dos eleitores?

O tráfego diário nas redes consome cerca de 1,7 GB por pessoa.

Se isso for transformado em texto puro, o volume total de dados diários que atinge nosso cérebro, incluindo vídeos e feeds, equivaleria a cerca de 100.000 palavras lidas. Essa carga de estímulos é o mesmo que ler dois livros inteiros por dia ou processar duas palavras por segundo durante todo o tempo em que estamos acordados (Humology).

Assim, as informações desatualizadas, as meias informações, as omissões deliberadas, e as mentiras propriamente ditas, são confundidas com a enxurrada de dados lidos diariamente.

As mentiras contrárias à ciência são consolidadas, as reputações destruídas, os fatos contados de forma tendenciosa, sem a integralidade da matéria, sem a escuta do outro lado, isso tudo repetido e repisado com mecanismos digitais, sem controle jornalístico, acadêmico ou científico.

Outra estrutura que fortalece as mentiras em massa são os algoritmos que induzem a canais habituais de leitura.

E a proteção jurídica para tudo isso?

Em nome da liberdade de opinião, a falácia que consolidou as redes e a propagação de mentiras.

Não há, rigorosamente, mecanismos eficazes e céleres para barrar e coibir as fake news e a incitação ao ódio.

Sobram os processos administrativos e judiciais que não possuem a adequada celeridade de repressão imediata ou instantânea, muito embora a Inteligência Artificial (IA), possa ser usada para isto.

Os efeitos são incalculáveis, desde a ascensão de políticos neofascistas como está ocorrendo na União Europeia e mundo afora; as chamadas guerras híbridas (das informações em rede) e a formação de zumbis, com baixa intelecção e déficit cognitivo, sem juízo crítico ou a possibilidade de diálogo.

Informações falsas produzem mundos paralelos, e as "verdades" se fantasiam de opiniões.

As opiniões vencem os fatos, e a realidade é um mero detalhe.







A GENTILEZA QUE BROTA DO POMAR: SEU LEVI DISTRIBUI FRUTAS DE GRAÇA EM PORTO UNIÃO

Há cerca de dois anos, o agricultor Levi Imianoski transforma o excedente da produção de sua chácara em um gesto diário de solidariedade. Todas as manhãs, ele abastece uma prateleira no centro de Porto União com frutas e hortaliças gratuitas, espalhando generosidade e inspirando quem passa pelo local

Por Jaqueline Castaldon

Fotos: JOC



Quem passa pela Rua Matos Costa, na área central de Porto União, já deve ter se deparado com uma cena que chama a atenção pela simplicidade. Em frente à loja Comatol, uma pequena prateleira exibe frutas frescas acompanhadas de um recado especial: "Custo Zero. Um pacote por pessoa".

Por trás da iniciativa está seu Levi Imianoski, de 86 anos, morador da localidade de Avencal, no interior do município. Há cerca de dois anos, ele transforma o excedente da produção de sua chácara em um gesto diário de solidariedade.

Todos os dias, por volta das 7h30, seu Levi chega carregado com limões, poncãs, laranjas, abóboras, chuchus e outros produtos da estação que estejam sobrando na propriedade.

Em vez de deixar as frutas apodrecerem nos pés, ele prefere compartilhá-las com quem passa pelo centro da cidade.

"Eu não gosto de ver a fruta caída no pé apodrecendo. Então tem que dar para quem não tem", resume.

A prática começou de forma espontânea e logo se tornou conhecida entre moradores e comerciantes da região. A cada manhã, a prateleira é abastecida e, normalmente, ao final do dia, já está vazia.

Seu Levi conta que a maior recompensa não está na doação em si, mas na reação das pessoas.

"O que eu vejo é que as pessoas ficam felizes. E, por eu vê-las felizes, eu me sinto mais feliz ainda", afirma.

As árvores que produzem as frutas foram plantadas pelo próprio agricultor ao longo dos anos. Desde que passou a morar na propriedade durante a pandemia, ele intensificou o cultivo e também as doações.

Quem conhece seu Levi não economiza elogios. A aposentada Nevair, que já levou para casa algumas das frutas distribuídas por ele, destaca o exemplo que ele representa para a comunidade.

"Eu nunca vi uma pessoa tão bondosa, tão íntegra e sempre de bom humor. Não é pelo valor da fruta, mas porque ela é dada de coração. Ele é um exemplo para todos nós", comenta.

O filho André Imianoski acompanha de perto a iniciativa e conta que a família apoia integralmente a ação. Segundo ele, a ideia começou de forma simples, mas acabou se transformando em algo muito maior.

"No final do dia não sobra nada. As pessoas passam, pegam e levam para casa. É muito bonito ver meu pai, aos 86 anos, contribuindo dessa forma com a comunidade", destaca.

Mais do que distribuir frutas, seu Levi distribui generosidade. Em tempos em que a correria do dia a dia muitas vezes afasta as pessoas umas das outras, a pequena prateleira em frente à Comatol tornou-se um símbolo de solidariedade e cuidado com o próximo.

Para quem passar pelo local e encontrar as cestas abastecidas, o convite é simples: escolher uma sacolinha, levar um pouco das frutas frescas e, junto com elas, uma boa dose de inspiração.

FEIRAS DA AGRICULTURA FAMILIAR E A ECONOMIA LOCAL: UM RELATO DA EXPERIÊNCIA DOS MUNICÍPIOS DE MAFRA E PORTO UNIÃO (SC)

Por Universidade do Contestado

Foto: UNC/Gerada por IA



As feiras da agricultura familiar desempenham importantes funções nas dinâmicas econômica, social e ambiental dos municípios brasileiros. Nesse contexto, constituem espaços públicos e coletivos privilegiados para a comercialização direta de alimentos saudáveis, especialmente para a população urbana. Além de promoverem o acesso a produtos frescos e de qualidade, as feiras tornaram-se ambientes de convivência, diálogo, valorização cultural e fortalecimento da economia local.

Mais do que simples pontos de comercialização, as feiras representam um modelo que aproxima produtores e consumidores, favorecendo relações de confiança, solidariedade e reciprocidade. Essa forma de comercialização incentiva a produção e o consumo de alimentos locais e regionais, reduzindo a distância entre quem produz e quem consome. Esse modelo é conhecido como Consumo de Cadeias Curtas (CCC), caracterizado pela redução ou eliminação de intermediários e pela valorização dos circuitos locais de abastecimento.

As feiras de produtos orgânicos vinculadas à agricultura familiar realizadas nos municípios de Mafra e Porto União, localizados na Região Norte de Santa Catarina, constituem exemplos concretos de organização produtiva e comercialização de alimentos articuladas às necessidades e características das comunidades onde estão inseridas. Além de contribuírem para a geração de renda das famílias agricultoras, essas iniciativas fortalecem os vínculos entre o meio rural e o meio urbano, promovendo práticas mais sustentáveis de produção e consumo.

A agricultura familiar possui grande relevância social, econômica e política no contexto brasileiro. Caracteriza-se pela predominância da mão de obra e da gestão familiar nos processos produtivos desenvolvidos em pequenas propriedades rurais. Apesar dos desafios enfrentados pelos agricultores, como condições climáticas adversas, escassez de mão de obra, limitações estruturais e dificuldades relacionadas à regularização e comercialização da produção, esse segmento desempenha papel fundamental no abastecimento alimentar da população e na promoção da segurança alimentar e nutricional.

Nesse cenário, as feiras livres da agricultura familiar assumem papel estratégico ao possibilitar a venda direta dos produtos, reduzindo ou eliminando a participação de intermediários. Como resultado, os agricultores obtêm remuneração mais justa pelo seu trabalho, enquanto os consumidores têm acesso a alimentos mais frescos, muitas vezes colhidos poucas horas antes da comercialização. Essa relação direta favorece a transparência, fortalece a confiança entre produtores e consumidores e contribui para o estreitamento das relações entre campo e cidade.

Sob uma perspectiva mais ampla, as feiras da agricultura familiar apresentam convergência com diversos princípios defendidos pelo movimento Slow Food, surgido na Itália na década de 1980. Esse movimento propõe uma relação mais consciente, prazerosa e responsável com a alimentação, valorizando a produção local, os alimentos tradicionais e a preservação das identidades culturais. Em contraposição à padronização e à velocidade características dos sistemas alimentares globalizados, o Slow Food defende práticas que promovam sustentabilidade, qualidade dos alimentos, respeito aos produtores e fortalecimento das comunidades locais.

Inspirado nesses princípios, surgiu também o movimento das Cittaslow (cidades lentas), que busca estimular formas de desenvolvimento voltadas à qualidade de vida, à sustentabilidade ambiental e à valorização das culturas locais. Nesse modelo, a alimentação ocupa papel central, sendo compreendida não apenas como necessidade básica, mas também como elemento de identidade cultural, bem-estar social e desenvolvimento territorial.

Nesse sentido, as feiras realizadas semanalmente nos municípios de Mafra e Porto União apresentam forte alinhamento com os princípios defendidos pelo movimento Slow Food, ao promoverem a valorização dos alimentos produzidos localmente, o fortalecimento das relações comunitárias e o incentivo a práticas sustentáveis de produção e consumo. Assim, evidencia-se a importância do apoio contínuo do poder público, das instituições e da sociedade para a manutenção e o fortalecimento dessas iniciativas.

Sob a perspectiva do desenvolvimento regional, as feiras da agricultura familiar constituem importantes mecanismos de dinamização econômica local, geração de renda, valorização dos saberes tradicionais e fortalecimento das redes de cooperação entre produtores e consumidores. Além disso, contribuem para a permanência das famílias no meio rural, estimulam a circulação de recursos nos próprios municípios e favorecem a construção de sistemas alimentares mais sustentáveis, resilientes e socialmente inclusivos.

Autores:

Marcelo Joseé Boldori
Thiago Fuchs
Dr. Jairo Marchesan
Dr. Luciano Bendlin







OPINIÃO

IMPUNIDADE E OMISSÃO: RETRATO DO CONGRESSO NACIONAL?

| Por Walber Guimarães Junior

Que ninguém ouse dizer que já ouviu tudo!

Também não há espaço para ilusão; o caso do Banco Master não é um fato isolado, mas o sintoma de uma realidade cruel. Ele escancara a podridão de uma elite política devidamente encastelada entre poderes e partidos. É uma deturpação indefensável apontar o dedo para apenas um polo ou liderança como vetor da corrupção: o escândalo atual é apenas o mais eficiente — até agora — em saquear o suado dinheiro dos impostos.

O brasileiro comum precisa ainda se submeter ao corporativismo sistêmico, de igual intensidade em todos os poderes que os une em promiscuidade obscena. Seus membros se protegem, trabalhando ativamente para consagrar a impunidade como a "regra de ouro" do andar de cima. Nulidades, prescrições e omissões se somam para transformar o país em uma republiqueta onde o crime compensa, desde que o criminoso pertença à elite.

As relações de nossas instituições com a figura de Daniel Vorcaro surpreendem pela facilidade com que a rede de proteção se espalha. Capachos poderosos apressam-se em abrir portas e gerar atalhos por onde a corrupção trafega livremente em direção aos cofres públicos, tudo sob o olhar cúmplice de autoridades contempladas com fatias desse bolo sujo.

Como cidadão, não possuo cultura jurídica profunda, mas tenho discernimento suficiente para entender que não existe razão ética para uma instituição financeira contratar serviços jurídicos de familiares de ministros do STF por cifras escandalosas. Valores tão astronômicos sugerem que as esposas dos ministros, ou filhos recém-formados, realizam as famosas "petições de ouvido" diretamente com Deus ou, no mínimo, com o Papa.

Com uma dose de atrevimento, me pergunto por que os ministros Alexandre de Moraes, Dias Tofolli, Gilmar Mendes e Nunes Marques, cujos nomes estão associados com condutas suspeitas ou contratos milionários, sentados na nossa Corte Suprema não se sentem constrangidos para oferecer explicações mínimas para o cidadão comum que ajuda a pagar os seus salários? Sentados no topo da Corte Suprema, parecem ignorar o clamor por transparência.

Como esperar algo do Senado comandado por Davi Alcolumbre? Parceiro de Vorcaro e beneficiário de contas regadas por "agradecimentos" milionários, Alcolumbre ignora sua obrigação constitucional. Não há espaço para investigação, CPI ou impeachment quando o jogo é às claras: proteger o "corrupto de estimação". Quando os números investidos pelo Amapá no Banco Master vieram à tona, ficou claro que o compromisso ali não é com a Constituição, mas com o balcão de negócios.

Enquanto isso, Ciro Nogueira, alvo de uma avalanche de denúncias, segue livre, sem tornozeleira ou notificações da Comissão de Ética, comunicando à nação que para os poderosos as regras são sempre mais "flexíveis". Da mesma forma, Jacques Wagner mantém-se como líder do governo no Senado, comprometendo a gestão que serve ao não ter a decência de se licenciar em respeito à opinião pública.

A lista de destinatários de somas elevadas e tráfico de influência se estende: Hugo Motta, Renan Calheiros, Antônio Rueda e dezenas de outros parlamentares, "irmãozãos" de Vorcaro, seguem com contas abastecidas para irrigar seus projetos políticos. Estão todos sob o guarda-chuva da imunidade, que para o povo soa como a mais pura ofensa da impunidade.

Você pode até estar indignado com as minhas omissões porque esta lista poderia incluir meia dúzia de ex-governadores, centenas de prefeitos, deputados e senadores que se associaram ao Master, sedentos em recolher as indulgências de Daniel Vorcaro, mas, esteja certo, a lista segue em aberto para novas inclusões que apenas atestam o comprometimento de todo o tecido político.

Enquanto a moralidade desce os degraus do submundo, na superfície, milhões de inocentes se digladiam para decidir qual lado é "mais corrupto" ou qual político de estimação devem defender. É o descalabro total. E as consequências serão terríveis. Nosso povo pode não ter mais a garra para ocupar as ruas, mas precisa ter a consciência de que a solução reside nas urnas, especificamente na escolha dos senadores.

Apenas a "Casa Maior" pode sinalizar um novo momento. O fim da impunidade exige punições exemplares, inclusive para ministros do STF, e o fim do "engavetamento" vicioso nos Conselhos de Ética.

É difícil imaginar que o Brasil punirá este escândalo, pois ele está impregnado na pele de nossa elite. Certamente, logo ali adiante, prescrições e nulidades permitirão que essas "excelências" sigam no poder. No país onde o crime de colarinho branco é senha de pertencimento ao grupo dos poderosos, a cadeia continuará sendo o endereço exclusivo dos pobres, das prostitutas e dos pretos. É a triste realidade de uma pátria sugada por seus próprios representantes.



Opinião
Por André Marsiglia

O RISCO SOCIALISTA NO CASO ORTOBOM

A condenação da empresa Ortobom pela 3ª turma do Tribunal Superior do Trabalho (TST) ao pagamento de R$ 300 mil por não possuir mulheres em cargos de gerência vai muito além da promoção de políticas de diversidade. A questão principal é outra: o que significa um Estado, pela força do Judiciário, intervir na liberdade de escolha e de decisão de uma empresa privada?

Se o Estado pode punir a empresa porque seus dirigentes não correspondem a determinado perfil, então já não é a empresa quem escolhe seus líderes. A escolha passa a ser condicionada pela vontade estatal. E, se é o Estado quem escolhe, a empresa não é mais privada. Disfarçadamente, a decisão aproxima o Estado do que ocorre em regimes socialistas.

É legítimo punir uma empresa que discrimine pessoas em razão de seu gênero. Outra coisa, muito diferente, é presumir discriminação simplesmente porque a distribuição dos cargos não corresponde à expectativa do Estado.

Se uma empresa possui menos mulheres em cargos de direção, isso é, por si só, prova de discriminação? O direito não costuma ser tão simplista. Se um homem se casa com uma mulher, não há discriminação porque ele não se casou também com outro homem. Se um cargo público é ocupado por um homem, não decorre daí a obrigação de que outro cargo equivalente seja reservado a uma mulher. Do contrário, a Presidência da República deveria ser obrigatoriamente exercida por duas pessoas: um homem e uma mulher.

A igualdade não é uma fórmula estatística. E promover a igualdade constitucional não significa distribuir cargos, mas criar condições para que todas as pessoas tenham oportunidade de alcançar determinadas posições por seus próprios méritos.

Além disso, parte significativa dos movimentos que defendem políticas dessa natureza também sustenta que o conceito de mulher é definido pela autopercepção de gênero. Ora, se a condição feminina decorre de tamanha subjetividade, qual é o critério jurídico objetivo para que um Tribunal conclua que existem "mulheres de menos" em determinada empresa?

Tudo isso deve nos fazer refletir: estamos combatendo discriminações ou redefinindo, pouco a pouco, os limites da liberdade econômica? Estamos promovendo a igualdade ou caminhando para um modelo socialista?

A história mostra que o caminho para o socialismo, muitas vezes, não começa com a desapropriação de uma empresa. Começa quando o poder público decide que determinadas escolhas privadas já não pertencem mais aos cidadãos.



André Marsiglia é advogado e professor. Especialista em liberdade de expressão e direito digital. Pesquisa casos de censura no Brasil. É doutorando em direito pela PUC-SP e conselheiro no Conar. Escreve semanalmente para o Poder360, onde este artigo foi originalmente publicado.

[PeloEstado] ENTREVISTA

A escola não pode ser um território de silêncio

Por Luciane Carminatti, professora e deputada estadual de SC

A decisão unânime do Tribunal de Justiça de Santa Catarina que declarou inconstitucional a lei estadual que permitia aos pais vetarem a participação dos filhos em atividades relacionadas a gênero nas escolas encerra um capítulo preocupante da história recente da educação catarinense. Mais do que a derrubada de uma norma específica, o julgamento representa a reafirmação de princípios fundamentais da Constituição brasileira, da autonomia pedagógica das instituições de ensino e do próprio papel da escola na formação das novas gerações.

Ao longo dos últimos anos, o debate sobre gênero foi transformado, muitas vezes de forma deliberada, em um instrumento de disputa política e ideológica. Conceitos foram distorcidos, informações falsas circularam com intensidade e criou-se uma atmosfera de suspeita em torno de qualquer iniciativa escolar que buscasse discutir igualdade, respeito, violência ou direitos humanos. Nesse ambiente, professores passaram a ser vistos como potenciais adversários das famílias e não como profissionais comprometidos com a formação integral de crianças e adolescentes.

Foi nesse contexto que surgiu a legislação agora considerada inconstitucional, infelizmente aprovada por ampla maioria na Assembleia Legislativa - e com meu voto contrário. Apresentada sob o alardeado argumento da proteção da liberdade das famílias, a lei produziu um efeito profundamente nocivo sobre o ambiente escolar: instaurou o medo.

Como professora e deputada estadual, acompanhei de perto os impactos dessa norma. Nos meses que se seguiram à sua aprovação, ouvi inúmeros relatos de educadores que passaram a evitar determinados temas por receio de denúncias, processos ou perseguições. Visitei escolas onde materiais pedagógicos foram retirados de circulação. Vi professores inseguros para desenvolver atividades relacionadas à prevenção da violência contra mulheres, ao combate ao abuso sexual infantil ou à promoção da igualdade de direitos.

O problema central estava justamente na amplitude e na imprecisão do texto legal. Ao proibir atividades relacionadas a gênero e a temas considerados "similares", a norma criava uma zona de insegurança jurídica capaz de atingir qualquer discussão sobre relações sociais, desigualdade, discriminação ou violência. Em vez de oferecer proteção, gerava censura. E a consequência prática era a retirada de assuntos essenciais da sala de aula.

Quando uma escola deixa de discutir por que mulheres ainda recebem salários menores que os homens em diversas profissões, ela deixa de analisar uma realidade social concreta. Quando evita abordar os índices de feminicídio ou de violência doméstica, deixa de enfrentar problemas que afetam milhares de famílias catarinenses. Quando abandona debates sobre respeito às diferenças, perde uma oportunidade valiosa de contribuir para a construção de uma cultura de paz. Todas essas discussões envolvem gênero. E poderiam ser simplesmente vetadas.

É importante destacar que discutir gênero na educação não significa doutrinar estudantes, impor comportamentos ou interferir nas convicções das famílias. Significa oferecer instrumentos para compreender a realidade em que vivemos. Significa possibilitar que crianças e adolescentes desenvolvam pensamento crítico, aprendam a respeitar o próximo e reconheçam situações de violência e discriminação.

A escola não cria os problemas sociais que enfrenta diariamente. Ela apenas não pode fingir que eles não existem.

As estatísticas de violência contra mulheres continuam alarmantes em Santa Catarina e em todo o país. Casos de feminicídio ocupam frequentemente as manchetes dos jornais. O número de medidas protetivas cresce ano após ano. Meninas e adolescentes seguem sendo vítimas de abuso sexual dentro e fora de seus ambientes familiares. Ignorar esses fatos não os fará desaparecer.

Pelo contrário. O silêncio apenas contribui para sua perpetuação.

A educação tem papel estratégico na prevenção dessas violências. É na escola que muitas crianças têm o primeiro contato com noções de cidadania, direitos e convivência democrática. É nesse espaço que estudantes aprendem que diferenças não podem servir de justificativa para agressões, humilhações ou exclusões. É também na escola que inúmeras situações de violência são identificadas precocemente, permitindo a atuação das redes de proteção.

Por essa razão, a decisão do Tribunal de Justiça possui relevância que ultrapassa os limites do debate jurídico. Ela reafirma que a educação não pode ser submetida a mecanismos de censura incompatíveis com o Estado Democrático de Direito.

O próprio julgamento evidenciou aquilo que especialistas em educação, entidades da área jurídica e organizações da sociedade civil vinham apontando desde a aprovação da norma: sua incompatibilidade com princípios constitucionais básicos. A liberdade de ensinar e aprender, o pluralismo de ideias, a valorização dos profissionais da educação e o direito a uma formação integral dos estudantes não podem ser restringidos por legislações que busquem limitar artificialmente os conteúdos debatidos no ambiente escolar.

Além disso, a lei carregava uma contradição evidente. Enquanto Santa Catarina possui um Plano Estadual encampado pelo governo do Estado que incentiva ações de conscientização e enfrentamento à violência de gênero nas escolas, uma legislação apoiada por esse mesmo governo do Estado procurava inviabilizar justamente os debates necessários para que esse trabalho fosse realizado. Era uma incoerência que produzia insegurança para educadores e gestores escolares.

A unanimidade da decisão do Tribunal demonstra que não havia dúvidas quanto à fragilidade jurídica da proposta. O resultado do julgamento reforça uma compreensão fundamental: a escola deve ser um espaço de conhecimento, reflexão e diálogo, e não um território submetido ao medo e à intimidação.

Vivemos um período em que a desinformação tem ocupado espaço crescente no debate público. Em muitos momentos, busca-se transformar professores em inimigos, desacreditar instituições educacionais e reduzir a complexidade dos desafios sociais a slogans políticos. Diante desse cenário, defender a escola pública também significa defender sua capacidade de promover conhecimento, pensamento crítico e convivência democrática.

Nenhuma sociedade consegue enfrentar seus problemas fechando os olhos para eles. Nenhum processo educativo se fortalece por meio da censura. Nenhuma política pública voltada à redução da violência produzirá resultados consistentes se impedir que as novas gerações compreendam as causas e consequências dessa violência.

Por isso, a decisão do Tribunal de Justiça merece ser celebrada. Não por representar a vitória de um partido político, de uma corrente ideológica ou de um grupo específico. Mas por reafirmar algo essencial para qualquer sociedade democrática: a escola precisa ter liberdade para educar.

Educar para o respeito. Educar para a cidadania. Educar para a convivência. Educar para que crianças e adolescentes possam construir um futuro menos violento e mais justo do que o presente que herdaram. Esse é o verdadeiro papel da educação.



Foto: Agência AL/Divulgação

Integração Editorial

Associação de Diários do Interior SANTA CATARINA

APJSC Associação dos Portais de Notícias e Jornais Digitais de Santa Catarina

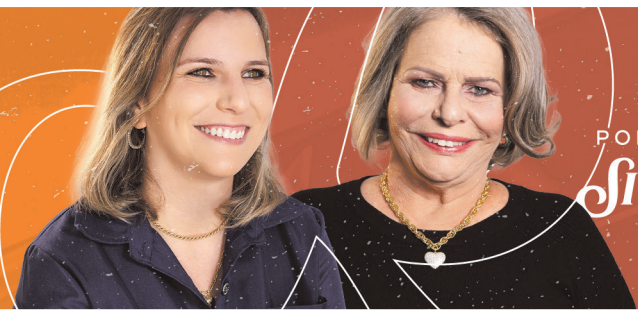
/peloestado peloestado.com.br

Produção e edição: ***ADI/SC - Jornalista Celina Sales com colaboração de Cláudia Carpes. Contato peloestado@gmail.com***

Diagramação: ***Celina Sales***

JOC COLUNA SOCIAL

RADAR



POR ANA CABRAL & SITAMAR BRITTES



Em Curitiba, a **Academia de Letras do Vale do Iguaçu (ALVI)** realizou encontro especial em homenagem aos 102 anos do acadêmico **João Darcy Ruggeri**, em reunião conduzida pelo presidente Carlos Rodrigues da Silva e organizada pelo acadêmico Aluízio Witiuk. O evento contou com a presença da ex-presidente da OAB/PR, Marilena Indira Winter, além de acadêmicos e convidados, em um momento de celebração da cultura e da memória do Vale do Iguaçu.



Em tempo de registrar, em junho, a passagem do aniversário da Executiva de Vendas da RHS Veículos, **Iva Syz**. Foi no dia 12.

Parabéns!



A empresária **Maraíza Santos** fez aniversário na segunda-feira, 22, e recebeu o carinho de familiares e amigos.

Parabéns!

RATINHO JUNIOR ASSINA MAIOR PPP DA EDUCAÇÃO DO BRASIL PARA CONSTRUIR 40 COLÉGIOS NO PARANÁ

O programa Mais Escolas Paraná prevê investimento de R$ 6,3 bilhões ao longo de toda a concessão na implantação das unidades e criação de aproximadamente 30 mil novas vagas para estudantes

Por AEN-PR

Foto: Geraldo Bubniak/AEN



O governador Carlos Massa Ratinho Junior assinou na última quarta-feira, dia 24, no Palácio Iguaçu, o contrato do programa Mais Escolas Paraná, considerado o maior projeto de Parceria Público-Privada (PPP) da área da educação no Brasil. A iniciativa prevê a construção de 40 novos colégios estaduais em 31 municípios, com investimento estimado em R$ 6,3 bilhões ao longo de toda a concessão na implantação das unidades e criação de aproximadamente 30 mil novas vagas para estudantes paranaenses. Cerca de R$ 1,5 bilhão serão investidos inicialmente para a construção das unidades.

Um dos diferenciais do modelo é que a concessionária só começará a receber pelos serviços após a entrega das escolas e o início de sua operação. A remuneração estará vinculada ao cumprimento de metas e indicadores de desempenho relacionados à qualidade dos serviços prestados, disponibilidade das estruturas e satisfação dos usuários.

"É o maior modelo de PPP do Brasil, inspirado em experiências do Canadá, Inglaterra e Estados Unidos, com apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento. O Estado ganha velocidade para entregar 40 escolas em 31 cidades. O pagamento só começa quando a escola estiver pronta e em funcionamento, o que também ajuda a dar mais agilidade na execução das obras", disse Ratinho Junior.

De acordo com o governador, o modelo permite concentrar os esforços da comunidade escolar na atividade pedagógica. "O diretor e a equipe escolar precisam estar focados na parte pedagógica, no ensino e na aprendizagem. A empresa ficará responsável pela manutenção, limpeza e demais serviços de apoio, que são atividades importantes, mas que podem ser executadas por quem é especializado nisso", acrescentou.

A concessão foi definida em leilão em março deste ano na Bolsa de Valores de São Paulo (B3). A empresa CSInfra S/A venceu a disputa dos dois lotes da concessão e ficará responsável pela construção das unidades e pela prestação dos serviços não pedagógicos ao longo dos 20 anos de contrato.

No Lote Norte, que recebeu propostas de quatro concorrentes, a empresa apresentou contraprestação mensal de R$ 13,4 milhões, com deságio de 17,12% em relação ao valor máximo previsto em edital. Já no Lote Sul, disputado por três participantes, a proposta vencedora foi de R$ 15,3 milhões mensais, representando deságio de 17,49%. Ao todo, a concorrência garantiu economia de aproximadamente 18% em relação aos valores de referência inicialmente estimados pelo Estado.

O secretário da Educação, Roni Miranda, explicou que a parceria vai permitir ampliar rapidamente a oferta de vagas em regiões com forte crescimento populacional. "O Estado consegue construir, em média, cinco colégios por ano. Com esse modelo vamos construir 40 escolas em praticamente dois anos. É uma estratégia para ampliar vagas em cidades que cresceram muito e atender principalmente a demanda por ensino em tempo integral", salientou.

Números e cronograma

As novas unidades vão somar 692 salas de aula e serão construídas em três modelos, com 14, 18 ou 24 salas, de acordo com a demanda de cada região. Do total de vagas previstas, cerca de 19,7 mil serão destinadas à oferta de ensino em tempo integral, uma das prioridades da política educacional do Estado.

A partir da assinatura do contrato, a concessionária iniciará a elaboração dos projetos e os trâmites necessários para o início das obras. O cronograma detalhado de implantação das unidades será definido nas próximas etapas do processo. A previsão é de que 19 escolas sejam entregues até o fim de 2027 e as outras 21 até o fim de 2028.

As escolas serão construídas nos municípios de Arapongas, Cambé, Campo Mourão, Cianorte, Londrina, Mandaguaçu, Marialva, Maringá, Rolândia, Sarandi, Telêmaco Borba, Umuarama, Assis Chateaubriand, Castro, Contenda, Fazenda Rio Grande, Foz do Iguaçu, Guaratuba, Marechal Cândido Rondon, Matelândia, Matinhos, Morretes, Palmas, Palmeira, Palotina, Pato Branco, Ponta Grossa, São José dos Pinhais, São Miguel do Iguaçu, Tijucas do Sul e Toledo. Mais de mil empregos diretos e indiretos serão criados com as obras das escolas.

Para o prefeito de Palotina, Rodrigo Ribeiro, a nova unidade vai atender uma região em expansão da cidade e ajudar a absorver a demanda gerada pelo crescimento populacional do município. "Palotina está tendo um crescimento muito significativo e, com isso, as demandas também aumentam. Essa escola será construída em uma região estratégica, que cresce muito, e vai atender um bairro populoso, além de outros bairros que estão em expansão. É um projeto que vai absorver a demanda daquela região e contribuir para o desenvolvimento do município", contou.

Já o vice-prefeito de Marechal Cândido Rondon, Vanderlei Caetano Sauer, afirmou que a nova escola vai atender uma necessidade antiga da população local. "Temos uma demanda antiga por vagas na rede estadual e agora estamos sendo contemplados com uma nova escola. Ela será instalada em uma área de expansão do município e vai atender uma necessidade importante da nossa população, além de ampliar a oferta da educação em tempo integral", disse.

A cidade de Arapongas, na região norte do Estado, vai ganhar duas novas escolas. "Arapongas é um município que vem crescendo e precisava ampliar a oferta de escolas. Essas duas unidades atendem a uma demanda importante da população e vão ampliar o acesso à educação. Mais escolas significam mais oportunidades para crianças e adolescentes, garantindo que mais estudantes sejam contemplados", pontuou o secretário de Educação do município, Lino de Oliveira.





RESPIRE! JOC

Seu momento de entretenimento analógico!



Horóscopo

PREVISÃO PARA A SEMANA

João Bidu

JOAOBIDU.COM.BR



Áries 21/03 - 20/04

Hoje, mudanças no trabalho trazem boas notícias, especialmente com ajuda da família. Após o almoço, sua intuição pode indicar uma chance de ganhar dinheiro extra. Aproveite a energia elevada da Lua em Sagitário para se divertir e paquerar, com muita animação ao lado do seu amor.



Touro 21/04- 20/05

Dia excelente para se conectar com pessoas próximas, melhorar parcerias e encerrar ciclos antes de novos começos. À tarde, a Lua em Sagitário traz destaque às mudanças, favorecendo crescimento pessoal e profissional. O amor promete uma noite cheia de atração e novidades na paquera.



Gêmeos 21/05 - 20/06

Ótimo dia para encarar desafios no trabalho com energia e conquistar uma renda extra. Aproveite o astral favorável para cuidar da sua saúde e abandonar hábitos prejudiciais. No amor, prepare-se para momentos divertidos com seu parceiro ou paquera.



Câncer 21/06 - 21/07

Sexta-feira traz sorte e boas oportunidades: aproveite para fazer uma fezinha pela manhã. Sua persuasão fica em alta, ajudando a concluir tarefas, mas à tarde pode se sentir mais sobrecarregada. No amor, tudo flui bem; não deixe para depois a chance de se aproximar do crush.



Leão 22/07 - 22/08

Dia de harmonia familiar e boas notícias no trabalho, especialmente em projetos com quem você ama. A tarde favorece novas conexões e ideias persuasivas. Com a sorte ao seu lado, tudo indica um final de semana promissor. O amor está no ar à noite, pronto para encantar seu coração.



Virgem 23/08 - 22/09

Hoje, seu talento para comunicação traz sucesso nos contatos e no trabalho. À tarde, sua concentração aumenta para tarefas mais difíceis. Aproveite a noite para relaxar em casa e fortalecer vínculos familiares. No amor, a paquera rende bem de manhã, mas cuidado com o ciúmes.



Libra 23/09 - 22/10

Hoje as estrelas trazem boas vibrações para suas finanças, mas o esforço é essencial para alcançar o que deseja. Negocie promoções e aproveite a Lua em Sagitário para fazer novos contatos no trabalho com facilidade. À noite, o coração bate mais forte com oportunidades de romance.



Escorpião 23/10 - 21/11

Aproveite o dia para focar no seu bem-estar e receber boas notícias sobre estudos. No trabalho, destaque seus pontos fortes e organize suas finanças para colher recompensas. No amor, cautela com a possessividade à noite, mas as conexões à distância têm boas chances de sucesso pela manhã.



Sagitário 22/11 - 21/12

Seu sexto sentido fica ativo, alertando para avisos importantes. Cuide da sua saúde e invista em uma alimentação leve. No trabalho, as tarefas isoladas fluem melhor até o meio-dia. No amor, a Lua traz leveza e anima seu relacionamento ou conquista um novo interesse.



Capricórnio 22/12 - 20/01

Hoje o dia favorece a expansão de contatos profissionais, especialmente na parte da manhã. Confie no seu sexto sentido à tarde para se destacar. No amor, paixões misteriosas podem agitar sua rotina, e a confiança no relacionamento é fundamental. Aproveite o dia.



Aquário 21/01 - 19/02

Ótimo dia para conquistar uma promoção ou aumentar sua renda, aproveitando sua ambição. No trabalho, equilíbrio com a rotina familiar é importante. À noite, a companhia dos amigos promete diversão, e no amor, interesses em comum podem fortalecer seus laços.

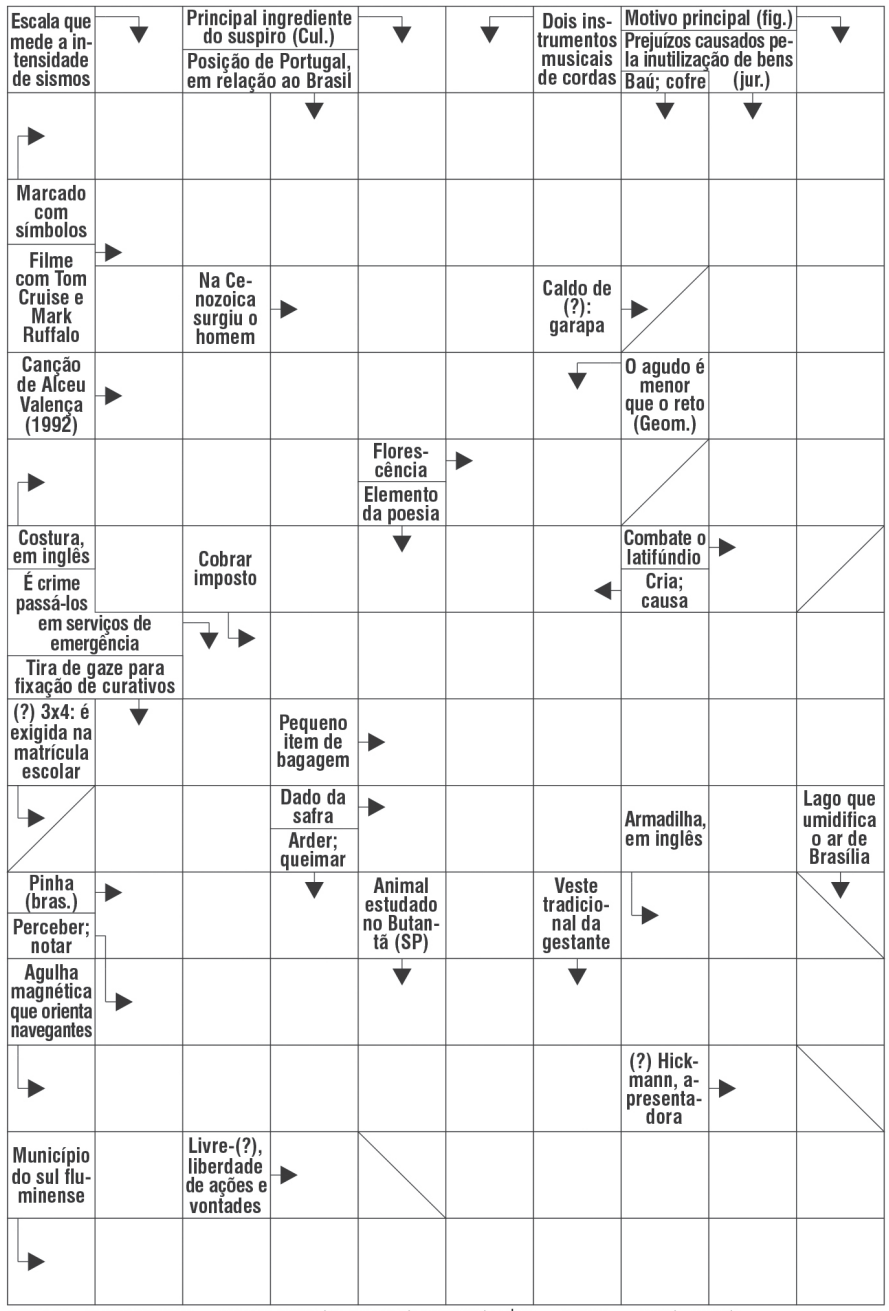


Peixes 20/02 - 20/03

Hoje o astral fica e animado, perfeito para diversão, viagens e estudos. O trabalho em equipe flui melhor até o início da tarde, depois novas oportunidades surgem. No amor, alguém especial pode conquistar seu coração, tornando a noite ideal para oficializar algo.

PALAVRAS CRUZADAS DIRETAS

www.coquetel.com.br © Revistas COQUETEL



BANCO 3/mst. 4/toto — seam — trap. 6/antese. 7/richter. 10/barra mansa — mola mestra. **37**



Solução

M				C	C				R		
S	I	N	A	L	I	Z	A	D	O		
	C	O	L	A	T	E	R	A	L		
	H			E	R	A		C_A	N	A	
	T	O	M	A	R	A		O	M		
S	E	A	M		A	N	T_E	S	E		
	R			A	R	E	G		M^S	T^T	
		T	R	I	B	U	T	A	R		
	A	R		M	A	L	E	T	A		
F_O	T	O		A	N	O		E			
	A	T		A		D		T	R	A^P	
	D	E	S	C	O	B	R	I	R		
B	U	S	S	O	L	A		A	N^A		
	R		A	R^B	I	T	R	I	O		
B	A	R	R	A	M	A	N	S	A		



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 09ª REGIÃO | VARA DO TRABALHO DE UNIÃO DA VITÓRIA/PR
Rua Coronel Joao Gualberto, 330, Centro, União da Vitoria - Paraná - CEP: 84600-210. | Telefone: (42)3903-3851– vdt01uva@trt9.jus.br

EDITAL DE PRAÇA, LEILÃO E INTIMAÇÃO

O(A) Excelentíssimo(a) Sr.(a) Dr.(a) Juiz(a) do Trabalho da Vara do Trabalho de União da Vitória/PR, FAZ SABER, a todos os interessados, que será realizado LEILÃO POR MEIO ELETRÔNICO pelo Leiloeiro Oficial Elton Luiz Simon - Jucepar 09/023-L, no site https://www.simonleiloes.com.br, para alienação do(s) bem(ns) abaixo descrito(s), a ser realizado no dia 31/07/2026 (1º Leilão), a partir das 13:30 horas, (por valor superior ao da avaliação), e, caso seja negativo o primeiro leilão, desde logo fica designado o segundo leilão para o dia 12/08/2026 (2º Leilão), a partir das 13:30 horas, ocasião em que a arrematação do(s) bem(ns) poderá ocorrer a partir de 50% (cinquenta por cento) o valor da avaliação.

Local do leilão: Site do Leiloeiro - www.simonleiloes.com.br.

Autos: 0115500-36.1998.5.09.0026

Autor: OSMAR ROMUALDO DOS SANTOS, MARCIO ANTONIO SILVA, VILMAR RIGOTTI, GILBERTO PADILHA.

Réu(s): MADEIREIRA IRMAOS GRAEFF LTDA; VALMOR GRAEFF e ELIZEO GRAEFF.

BEM(NS): **** SOMENTE DOIS SEXTOS DE 50%***** de um lote de terreno urbano sob nº28, da quadra nº20, situado no loteamento Vila Santa Izabel, no Distrito de São Cristóvão, no quadro urbano da cidade de União da Vitória/PR, com a área total de 396,00m², com as demais medidas e confrontações previstas na matrícula. Matrícula nº 5.087 do 2º Cartório de Registro de Imóveis de União da Vitória/PR. BENFEITORIAS: Não foi possível adentrar ao imóvel, mas aparentemente há uma casa de madeira e uma edícula aos fundos. Não foi possível constatar o total de área construída.

AVALIAÇÃO: R$ 297.000,00 (duzentos e noventa e sete mil reais), em 24/06/2025. A avaliação da parte ideal penhorada importa R$ 49.500,00 (quarenta e nove mil e quinhentos reais), preservando-se, assim, as quotas partes do cônjuge Darci Graeff e dos demais herdeiros (filhos: Adilson, Edgar, Ivanilde e Cerilene).

ÔNUS: Consta na matrícula no R3- Penhora autos 0115500-36.1998.5.09.0026.

DEPOSITÁRIO: Elton Luiz Simon.

Autos: 0001038-31.2019.5.09.0026

Autor: UNIÃO FEDERAL (PGFN)

Réu(s): PROCOPIAK COMPENSADOS E EMBALAGENS AS

BEM(NS): Um terreno lote n.º 2, com a área de 531.535m² (quinhentos e trinta e um mil e quinhentos e trinta e cinco metros quadrados), sito em Putinga, no município de São Mateus do Sul/PR, dentro dos limites e confrontações constantes na Matrícula n.º 4.615, do Ofício de Registro de Imóveis de São Mateus do Sul/PR. Trata-se de imóvel localizado em zona rural, com acesso por vias públicas, apresentando características típicas da localidade. A área é contínua, com topografia predominantemente ondulada, apresentando vasta cobertura vegetal, compatível com imóveis da mesma natureza, localizados naquela Municipalidade. Não foram constatadas benfeitorias de elevado padrão que alterem substancialmente o valor médio da terra nua. Trata-se de imóvel constituído por vasta área, cuja extensão territorial não permite a delimitação precisa de seus limites iniciais e finais, inexistindo, no momento, elementos técnicos suficientes para tal definição. A exata identificação perimetral da área demandaria, portanto, a atuação de professional técnico habilitado, notadamente topógrafo, a fim de proceder ao levantamento adequado e à correta individualização do imóvel.

AVALIAÇÃO: R$ 1.327.500,00 (Um milhão, trezentos e vinte e sete mil e quinhentos reais) em 16/01/2026.

ÔNUS: Consta na Matrícula nº 4.615 do Ofício de Registro de Imóveis de São Mateus do Sul/PR: R-02: PENHORA extraída dos autos nº 0001038-31.2019.5.09.0026 da Vara do Trabalho de União da Vitória/PR, em que é exequente UNIÃO FEDERAL (PGFN); R-03: PENHORA extraída dos autos nº 0000428-63.2019.5.09.0026 da Vara do Trabalho de União da Vitória/PR, em que é exequente JOÃO OILSON NEVES e outros.

DEPOSITÁRIO: ELTON LUIZ SIMON.

Caso as partes, eventuais credores hipotecários, proprietários, coproprietários, usufrutuários, constantes no registro de imóveis, não sejam encontradas ou cientificadas, por qualquer razão, da data da Praça quando da expedição da intimação respectiva, valerá o presente como edital de intimação de leilão.

A contagem do prazo para eventuais recursos quanto à expropriação iniciar-se-á no primeiro dia útil seguinte à data designada para o leilão, independentemente de nova intimação.

O executado somente poderá efetuar a remição da execução até o momento que anteceder o início da realização do leilão

Os arrematantes/adjudicantes concorrerão com as despesas de publicação do edital, além das despesas de remoção e armazenagem do depositário (quando houver).

Admitir-se-á a aquisição dos bens de forma parcelada, mediante o pagamento de sinal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor do lanço no ato e o saldo em prestações mensais e consecutivas, vincendas a cada 30 (trinta) dias ou no primeiro dia útil subsequente, a contar da data da hasta pública. Os valores das prestações vincendas deverão ser depositados à disposição desta Vara do Trabalho nas datas dos respectivos vencimentos, com a devida atualização pelo IPCA-E, a ser calculado pela Vara. Caso não seja efetuado o pagamento das parcelas, o arrematante perderá todos os depósitos efetuados em favor da execução, inclusive o sinal, tudo conforme PROVIMENTO CORREG nº 01/2005. O juízo somente autorizará a entrega do(s) bem(ns) móvel(is) arrematado(s) mediante pagamento integral do lance, ficando a critério do juiz outras garantias, inclusive a real ou a fidejussória.

Os bens serão leiloados no estado em que se encontram e para os imóveis a venda será ad corpus, devendo o interessado certificar-se de suas condições antes de ofertar seu lanço. O arrematante assume a responsabilidade por eventual regularização que se fizer necessária. Deverá também cientificar-se previamente das restrições impostas pelas legislações municipal, estadual e federal aos imóveis, no tocante ao uso do solo ou zoneamento, passivo ambiental, e, ainda, das obrigações decorrentes das convenções e especificações de condomínio, quando for o caso, as quais estará obrigado a respeitar em decorrência da arrematação dos imóveis.

Fica o exequente ciente de que poderá participar da hasta, na qualidade de arrematante, pessoalmente ou através de seu procurador com poderes específicos, devendo ser apresentado no ato o instrumento de mandato. O lanço oferecido pelo exequente prefere ao lanço igual a de outro licitante, desde que ocorra o pagamento imediato da comissão do Leiloeiro.

A arrematação será considerada perfeita, acabada e irretratável tão logo assinado o auto pelo juiz, pelo arrematante e pelo leiloeiro, observadas as disposições do art. 903 do CPC. A assinatura do juiz na decisão que defere a alienação supre a ausência de assinatura no auto de arrematação. O auto de arrematação assinado pelo Juiz, ou a equivalente decisão que defere a arrematação, será juntado aos autos até, no máximo, no primeiro dia útil seguinte ao término do leilão e o prazo de 10 (dez) dias para impugnação de que trata o art. 903, § 2º, do CPC fluirá a partir do segundo dia útil (inclusive) seguinte ao término do leilão independentemente de intimação (arts. 267 a 271 do Provimento Geral da Corregedoria Regional – TRT9).

O pagamento dos impostos incidentes sobre o bem arrematado anteriores a arrematação NÃO serão de responsabilidade do arrematante em conformidade com o contido no art. 130 § único do CTN. O pagamento de eventuais débitos condominiais será de responsabilidade do arrematante.

Todavia, serão de responsabilidade do arrematante os tributos provenientes da transmissão intervivos da propriedade imóvel (artigo 35, I, do CTN), cujo pagamento deverá ser comprovado perante o Oficial do Registro quando da apresentação da Carta para transmissão. O pagamento de eventuais débitos condominiais será de responsabilidade do arrematante.

Correrão por conta do arrematante/adjudicante ou remitente as despesas de publicação do edital e os custos relativos à desmontagem, remoção, armazenagem, transporte e transferência patrimonial dos bens, se houver.

Fixa-se o percentual de 5% (cinco por cento) do valor da arrematação a título de honorários do leiloeiro, aí incluídas as despesas relacionadas ao ato, inclusive divulgação, os quais serão suportados pelo arrematante, daí excepcionada a hipótese de ADJUDICAÇÃO, na qual o honorários serão de 2% (dois por cento) sobre o valor da avaliação, a cargo do respectivo interessado.

Nas hipóteses de PAGAMENTO ou ACORDO o leilão somente será suspenso mediante a comprovação tempestiva do pagamento de todos os valores devidos na execução, inclusive despesas processuais, emolumentos e honorários do Sr. Leiloeiro, na forma do artigo 826 do NCPC.

Autoriza-se o acesso do leiloeiro ao(s) bem(ns) penhorado(s) para as verificações de praxe, na companhia de eventuais interessados na sua aquisição.

Na modalidade eletrônica serão aceitos lances antecipados desde a inserção do leilão no site do leiloeiro até o encerramento do ato. O leilão terá início no dia e hora designada e os bens serão apregoados um a um, conforme ordem dos bens cadastrados no site do leiloeiro. Ao apregoar cada bem, a contagem regressiva será iniciada, e a cada novo lance o cronômetro será prorrogado por pelo menos 3 (três) minutos para que todos os usuários interessados tenham oportunidade de ofertar novos lances, correndo por conta e risco do licitante a decisão de ofertar lance nos segundos finais em razão de possível instabilidade do sistema/internet.

O juízo responsável pela designação da hasta pública ou o leiloeiro público oficial não serão responsabilizados por qualquer dano, prejuízo ou perda no equipamento do usuário causados por falhas no sistema, no servidor ou na internet.

O interessado em ofertar lances de forma eletrônica deverá efetuar cadastro prévio junto ao site do leiloeiro e solicitar habilitação, sendo o cadastro requisito indispensável para participação na alienação judicial eletrônica, responsabilizando-se o usuário, civil e criminalmente pelas informações lançadas por ocasião do cadastramento. Os lançadores on-line estarão vinculados às mesmas normas processuais e procedimentais destinadas aos lançadores de leilões presenciais, inclusive quanto à responsabilidade civil e criminal.

Caso reste negativo o leilão, fica desde já autorizado o leiloeiro, transcorridos dez (10) dias da realização da hasta, a promover a venda direta dos bens penhorados nos presentes autos, pelo prazo de noventa (90) dias, na forma da lei. As partes deverão se manifestar quanto à venda direta no prazo de 05 (cinco) dias após o resultado da hasta pública, sob pena de preclusão.

O presente será publicado em jornal e afixado no lugar de costume no átrio deste Juízo.

União da Vitória/PR, 24 de junho de 2026.
Juiz Titular da Vara do Trabalho

A Abbaspel está contratando!

Vagas para masculino e feminino, com oportunidade exclusiva para PCD. Envie seu currículo para rh@abbaspel.com.br ou rh2@abbaspel.com.br. Mais informações pelo telefone quarenta e dois, três cinco dois um, sete três um seis.

SÃO JOSÉ GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS S/A
CNPJ/MF: 21.420.333/0001-40
NIRE: 42300042501

ATA DA DECIMA PRIMEIRA (11ª) ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Aos quinze dias, do mês de junho de dois mil e vinte e seis (15/06/2026), as dez horas (10:00hs), na sede social da empresa localizada na Rua Coronel Amazonas nº 415, Centro, na cidade de Porto União, Estado de Santa Catarina, reuniram-se em Assembleia Geral Extraordinária, os acionistas representando a totalidade do Capital Social. Foi eleito para presidir os trabalhos, a Sra. Josemary Contin Dissenha e para secretariá-la convidou o Sr. José Carlos Dissenha, ficando assim constituída a mesa. Iniciando a sessão, a Presidente dos trabalhos esclareceu a dispensa da publicação do Edital de Convocação de acordo com o parágrafo 4º do artigo 124 da lei 6.404/1976 e deu início aos trabalhos, pontualmente as 10:00 horas, justificando a função da AGE como necessária para: a) Exame do Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Contábeis referente ao exercício encerrado em 31/12/2025 (conforme balanço publicado no Diário Oficial de Santa Catarina, edição n° 22758, dia 21/05/2026 e no Jornal de circulação local "O Comercio", edição n° 6866, dia 12/06/2026); b) Outros assuntos de interesse da sociedade. **DELIBERAÇÕES: a)** Examinado e aprovado, sem ressalva sem qualquer restrição com abstenção dos votos legalmente impedidos, o Balanço Patrimonial e todas as contas da administração constante das demonstrações contábeis do exercício encerrado 31/12/2025. A empresa apresentou no exercício findo em 31/12/2025, um prejuízo social no valor de R$ 1.274.252,42 (um milhão, duzentos e setenta e quatro mil, duzentos e cinquenta e dois reais e quarenta e dois centavos). **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, foi suspensa a Assembleia pelo tempo necessário para a lavratura da presente Ata, que após lida, discutida e considerada conforme, vai assinada por todos os presentes e acionistas, a saber: Josemary Contin Dissenha - Diretora Presidente e José Carlos Dissenha – Diretor Vice - Presidente.

JOSEMARY CONTIN DISSENHA
Diretora Presidente

JOSÈ CARLOS DISSENHA
Diretor Vice-Presidente

Registrada na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina sob n° 20267190182 em 18/06/2026, Protocolo n° 267190182 em 29/05/2026.







ADAPAR REFORÇA PRAZO PARA ATUALIZAÇÃO DE REBANHOS ATÉ 30 DE JUNHO

Produtores devem regularizar dados junto à Adapar; segundo técnicos, índice regional está abaixo do ideal e pendências podem afetar emissão de GTA e o controle sanitário no Estado

| Por Ricardo Silveira

A campanha de atualização de rebanhos no Paraná entra na reta final. Os produtores rurais têm até a terça-feira, 30, para regularizar as informações junto à Agência de Defesa Agropecuária do Paraná (Adapar), etapa considerada fundamental para o controle sanitário do Estado.

Segundo o chefe do Escritório Regional da Adapar em União da Vitória, médico veterinário Luiz Gonzaga Cechinel Júnior, o cenário ainda preocupa. “No Estado estamos com uma média de 75% de atualização de rebanhos. Infelizmente, na nossa região a gente está com apenas 68%, então a gente precisa melhorar esse índice, porque é extremamente importante pelas questões sanitárias”, afirmou.

Todos os produtores devem atualizar

A exigência vale para qualquer produtor que mantenha animais de produção, independentemente da quantidade ou finalidade. “Todos os produtores que têm animais de produção precisam realizar essa atualização. Pode ser aquele produtor que tem apenas um equino, abelhas, bovinos, ovinos, todas as espécies entram nesse processo”, explicou Cechinel Júnior.

Prazo final e onde regularizar

O prazo encerra no dia 30 de junho e não haverá prorrogação dentro da campanha. A orientação é que os produtores procurem os escritórios da Adapar ou pontos de apoio nos municípios. “Os produtores precisam procurar os nossos escritórios em União da Vitória, General Carneiro, São Mateus do Sul e Cruz Machado. Todos os municípios têm um local de apoio para fazer essa atualização”, reforçou o veterinário.

Falta de hábito e importância sanitária

A médica veterinária Flávia Ravanello explica que a baixa adesão está ligada, em parte, ao perfil das propriedades da região. “A gente tem a particularidade de muitas propriedades de subsistência. O produtor não movimenta o rebanho, não vende para frigorífico, usa mais para consumo próprio. Isso faz com que ele não crie o hábito e acabe esquecendo da atualização”, disse.

Ela reforça que o procedimento é essencial para o controle sanitário. “Desde 2019 o Paraná não realiza mais vacinação contra febre aftosa. A gente atualiza o número de animais e espécies para manter os dados atualizados e conseguir agir rapidamente em caso de foco de doença”, destacou.

Consequências para quem não atualizar

A falta de atualização dentro do prazo pode gerar restrições ao produtor, principalmente na emissão da Guia de Trânsito Animal (GTA). “Se o produtor não fizer, ele não consegue emitir a GTA. O frigorífico não vai receber os animais sem esse documento. Isso prejudica o comércio e mantém o rebanho desatualizado no sistema”, explicou Cechinel Júnior.

Em casos de reincidência, pode haver penalidades. “Não é nossa intenção multar, mas pode haver autuação se houver repetição da irregularidade”, acrescentou.

Orientação e apoio aos produtores

A Adapar afirma que mantém ações permanentes de orientação e fiscalização junto aos produtores rurais. “No geral, somos muito bem recebidos. O produtor entende a importância da defesa agropecuária. O trabalho é contínuo, não só nesse período de campanha”, disse Flávia Ravanello.

Segundo ela, o órgão também busca facilitar o acesso à atualização. “Temos WhatsApp Business, formulário em PDF, atendimento no escritório e também pelo site. A gente faz o possível para ajudar o produtor a regularizar”, completou.

Prazo encerra sem prorrogação

A orientação final é para que os produtores não deixem para a última hora. “Independente de qualquer situação, o prazo dentro da campanha é até dia 30. Depois disso, o produtor ainda precisa atualizar, mas já com pendências no sistema”, concluiu Cechinel Júnior.

